Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 1. Contexto operacional

A Gafisa S.A. ("Gafisa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 8.501, 19º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil e iniciou suas operações em 1997, tendo como objetivo social: (i) a promoção e administração de empreendimentos imobiliários de qualquer natureza, próprios ou de terceiros, nestes últimos como construtora e mandatária; (ii) a alienação e aquisição de imóveis de qualquer natureza; (iii) a construção civil e prestação de serviços de engenharia civil; (iv) o desenvolvimento e implementação de estratégias de marketing relativas a empreendimentos imobiliários próprios e de terceiros; e (v) a participação em outras sociedades, com os mesmos objetivos sociais da Companhia.

Os empreendimentos de incorporação imobiliária da Companhia com terceiros são estruturados por meio de participação em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"), ou formação de condomínios e consórcios. As sociedades controladas compartilham, de forma significativa, das estruturas gerenciais e operacionais e dos custos corporativos, gerenciais e operacionais da Companhia. As SPEs, condomínios e consórcios têm atuação exclusiva no setor imobiliário e estão vinculadas a empreendimentos específicos.

Em 7 de fevereiro de 2014, a Companhia divulgou fato relevante informando aos seus acionistas e ao mercado em geral que seu Conselho de Administração autorizou a administração da Companhia a iniciar estudos para uma potencial separação das unidades de negócio Gafisa e Tenda em duas companhias abertas e independentes de modo a reforçar a geração de valor para a Companhia e seus acionistas. Caso esse plano venha a ser aprovado pelo Conselho de Administração e acionistas, a operação poderá ser concluída ao longo de 2015.

Em 28 de julho de 2014, dando continuidade ao processo de separação das unidades de negócio, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deferiu o pedido da controlada Tenda de conversão de categoria de registro de emissor de valores mobiliários para Categoria "A".

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis

### 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em 27 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação.

As demonstrações financeiras individuais, identificadas como "controladora" foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), referendados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Especificamente, as demonstrações financeiras consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, incluindo a Orientação OCPC 04 - Aplicação da Interpretação Técnica ICPC 02 às entidades de incorporação imobiliária brasileiras, no que diz respeito ao tratamento do reconhecimento da receita desse setor e envolve assuntos relacionados à aplicação do conceito de transferência contínua de riscos, benefícios e de controle das unidades imobiliárias vendidas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas e foi elaborada de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia está adimplente em relação às cláusulas de dívidas na data da emissão dessas demonstrações financeiras.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.1.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Gafisa, de suas controladas diretas e indiretas. A Companhia controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. A existência e os efeitos de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da Companhia. Vide maiores detalhes na Nota 9.

### 2.1.2. <u>Moeda funcional e de apresentação</u>

As demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas estão apresentadas em Reais (moeda de apresentação), que também é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

### 2.1.3. Apresentação de informação por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para os principais tomadores de decisões operacionais, representados pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração, os quais são responsáveis pela alocação de recursos, avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e pela tomada das decisões estratégicas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis

### 2.2.1. <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis</u>

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

### (i) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras.

### (ii) Estimativas e premissas

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem provisão para redução ao valor recuperável de ativos, transações com pagamentos baseados em ações, provisão demandas judiciais, valor justo de instrumentos financeiros, mensuração do custo orçado de empreendimentos, impostos diferidos ativos, dentre outros.

As principais premissas relativas às fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

### a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas. O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida útil indefinida e ágio por expectativa de rentabilidade futura é efetuado anualmente e/ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação
  - 2.2.1. <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis</u>--Continuação
    - (ii) Estimativas e premissas--Continuação
      - a) Perda por redução ao valor recuperável de ativos--Continuação

Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuro esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das unidades geradoras de caixa são detalhadas na Nota 11.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- 2.2.1. <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis</u>--Continuação
  - (ii) Estimativas e premissas--Continuação
    - b) Transações com pagamentos baseados em ações

A Companhia mensura o custo de transações a ser liquidado com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 19.3.

### c) Provisões para demandas judiciais

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis (Nota 17). A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

Existem incertezas em relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas estão sujeitas no curso normal dos negócios a investigações, auditorias, processos judiciais e procedimentos administrativos em matérias cíveis, tributárias e trabalhistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.1. <u>Julgamentos, estimativas e premissas contábeis</u>--Continuação

### (ii) Estimativas e premissas--Continuação

### d) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido em mercado ativo, o mesmo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método do fluxo de caixa descontado.

Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, taxa de juros, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### e) <u>Custos orçados dos empreendimentos</u>

Os custos orçados, compostos, principalmente, pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para o encerramento das obras, são regularmente revisados, conforme evolução das obras, e eventuais ajustes identificados com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia. O efeito de tais revisões nas estimativas afeta o resultado.

### f) Realização do imposto de renda diferido

O reconhecimento inicial e as posteriores análises da realização do imposto de renda diferido ocorre quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitem a sua utilização total ou parcial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

- 2.2.2. Reconhecimento de receitas e despesas
  - (i) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis
    - (a) Nas vendas de unidades concluídas, o resultado é apropriado no momento em que a venda é efetivada com a transferência significativa dos riscos e direitos, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual.
    - (b) Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos:
      - O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque (Nota 2.2.7);
      - As receitas de vendas são apropriadas ao resultado, utilizando-se o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos empreendimentos;
      - Os montantes das receitas de vendas reconhecidos que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante ou realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber de incorporação e serviços prestados". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes":
      - Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber a partir da entrega das chaves, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriados ao resultado de incorporação e venda de imóveis quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "pro rata temporis";

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.2. Reconhecimento de receitas e despesas

- (i) Apuração do resultado de incorporação e venda de imóveis--Continuação
  - Os encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos e os diretamente associados ao financiamento da construção, são capitalizados e registrados aos estoques de imóveis a comercializar, e apropriados ao custo incorrido das unidades em construção até a sua conclusão e observando-se os mesmos critérios de apropriação do custo de incorporação imobiliária na proporção das unidades vendidas em construção;
  - Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita;
  - As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas.

### (ii) Prestação de serviços de construção

Receitas decorrentes da prestação de serviços imobiliários são reconhecidas na medida em que os serviços são prestados, e estão vinculadas com a atividade de administração de construção para terceiros e consultoria técnica.

### (iii) Operações de permuta

A permuta de terrenos tem por objeto o recebimento de terrenos de terceiros para liquidação por meio da entrega de unidades imobiliárias ou o repasse de parcelas provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos. Os terrenos adquiridos pela Companhia e por suas controladas são registrados pelo seu valor justo, como um componente do estoque, em contrapartida a adiantamento de clientes no passivo. As receitas e os custos decorrentes de operações de permutas são apropriados ao resultado ao longo do período de construção dos empreendimentos, conforme consta no item (b) descrito anteriormente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.3. <u>Instrumentos financeiros</u>

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras dívidas.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descritos a seguir:

(i) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia manteve instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar o risco de sua exposição à volatilidade de índices e juros, reconhecidos por seu valor justo diretamente no resultado do exercício. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção.

A Companhia não adota a prática contábil de Hedge Accounting.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.3. Instrumentos financeiros--Continuação

### (ii) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição de ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e demais contas a receber, outros recebíveis e instrumentos financeiros derivativos.

### Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado guando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de acordo de "repasse"; e
   (a) a Companhia transferir substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferir o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.3. <u>Instrumentos financeiros</u>--Continuação

### (ii) Ativos financeiros--Continuação

O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

### (iii) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

### Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### <u>Instrumentos financeiros – apresentação líquida</u>

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou contraparte.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários compromissados, denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos, apurados pelo critério "pro rata temporis", que equivalem aos seus valores de mercado, não havendo impacto a ser contabilizado no patrimônio líquido da Companhia.

Os títulos e valores mobiliários incluem certificados de depósitos bancários, títulos públicos emitidos pelo Governo Federal, fundos de investimentos exclusivos que são integralmente consolidados e cauções, os quais são classificados a valor justo por meio de resultado (Nota 4.2).

### 2.2.5. Contas a receber de incorporação e serviços prestados

São apresentados aos valores presentes e de realização. A classificação entre circulante e não circulante é realizada com base na expectativa de vencimento das parcelas dos contratos.

As parcelas em aberto são atualizadas com base no Índice Nacional da Construção Civil (INCC) para a fase de construção do projeto, e pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) e juros de 12% ao ano, após a data de entrega das chaves das unidades concluídas.

O ajuste a valor presente é calculado entre o momento da assinatura do contrato e a data prevista para entrega das chaves do imóvel ao promitente comprador, utilizando uma taxa de desconto representada pela taxa média dos financiamentos obtidos pela Companhia, líquida do efeito inflacionário, conforme mencionado na Nota 2.2.19 A reversão do ajuste a valor presente, considerando-se que parte importante do contexto operacional da Companhia é a de financiar os seus clientes até a entrega das chaves, foi realizada, tendo como contrapartida o próprio grupo de receitas de incorporação imobiliária, de forma consistente com os juros incorridos sobre a parcela do saldo de contas a receber referentes ao período "pós-chaves".

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.6. <u>Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Cédula de Crédito Imobiliário ("CCI"</u>)

A Companhia e suas controladas realizam a cessão e/ou securitização de recebíveis, relativas aos créditos com alienação fiduciária de empreendimentos concluídos e em andamento. Essa securitização é realizada mediante a emissão de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), que são cedidos às instituições financeiras. Quando não apresenta qualquer direito de regresso, essa cessão é registrada como conta redutora do saldo de contas a receber. Quando da existência de direitos de regresso contra a Companhia, o contas a receber cedido é mantido no balanço patrimonial e os recursos obtidos pela cessão são classificados na rubrica "Obrigações com cessões de créditos", até a liquidação das cédulas pelos clientes.

Nesta situação, o custo da operação é registrado na rubrica "despesas financeiras" na demonstração do resultado do exercício em que a operação é realizada.

Quando houver garantias financeiras, representadas pela aquisição de CRI subordinado, será registrado no balanço patrimonial na rubrica de "títulos e valores mobiliários", ao seu valor de realização, que equivale ao seu valor justo.

### 2.2.7. Imóveis a comercializar

A Companhia e suas controladas adquirem terrenos para futuras incorporações, com condições de pagamento em moeda corrente ou por intermédio de permuta, nas quais, em troca dos terrenos, compromete-se a: (a) repassar parcela das receitas provenientes das vendas das unidades imobiliárias dos empreendimentos; ou (b) entregar unidades imobiliárias de empreendimentos em construção. Os terrenos adquiridos por intermédio de operações de permuta são demonstrados ao valor justo das unidades a serem entregues e a receita e o custo são reconhecidos seguindo os critérios descritos na Nota 2.2.2 (b)(iii).

Os imóveis são demonstrados ao custo de construção, e reduzidos por provisão quando tal valor exceder seu valor líquido realizável. No caso de imóveis em construção, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido das unidades ainda não comercializadas. O custo incorrido compreende os gastos com construção (materiais, mão de obra própria ou contratada de terceiros e outros relacionados), as despesas de legalização do terreno e empreendimento, os custos com terrenos e os encargos financeiros aplicados no empreendimento incorridos durante a fase de construção.

A classificação de terrenos entre o ativo circulante e o ativo não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo do lançamento dos empreendimentos imobiliários. A Administração revisa periodicamente as estimativas de lançamentos dos empreendimentos imobiliários.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.8. Gastos com intermediação das vendas - comissões

Os gastos com corretagem são registrados no resultado na rubrica "Despesas com vendas" observando-se o mesmo critério adotado para o reconhecimento das receitas das unidades vendidas. Encargos relacionados com a comissão de venda pertencente ao adquirente do imóvel, não constituem receita ou despesa da Companhia.

### 2.2.9. Despesas pagas antecipadamente

As despesas pagas antecipadamente são apropriadas ao resultado do exercício quando incorridas pelo regime de competência.

### 2.2.10. Terrenos destinados à venda

Os terrenos destinados à venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda e são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda da propriedade e não do empreendimento preliminarmente destinado. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve comprometer-se com a venda dentro de um ano a partir da data de classificação.

### 2.2.11. <u>Investimentos em controladas</u>

Os investimentos nas controladas são registrados na controladora pelo método de equivalência patrimonial.

Quando a participação da Companhia nas perdas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, a Companhia reconhece a parcela residual na rubrica passivo a descoberto, uma vez que assume obrigações e efetua pagamentos em nome dessas sociedades. Para isso, a Companhia constitui provisão no montante considerado adequado para suprir as obrigações da controlada (Nota 9).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.12. Imobilizado

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

A depreciação é calculada com base no método linear, tomando-se por base a vida útil estimada dos bens (Nota 10).

O valor residual, vida útil e métodos de depreciação foram revisados no encerramento do exercício social, não tendo ocorrido modificações, em relação às informações do exercício social anterior.

Os gastos incorridos com a construção dos estandes de vendas, apartamentosmodelo e respectivas mobílias, são incorporados ao ativo imobilizado da Companhia e de suas controladas. Tais ativos são depreciados após o lançamento do empreendimento pelo prazo médio de um ano.

Os ativos imobilizados estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("*impairment*"). Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não havia indicadores de *impairment* sobre o imobilizado.

#### 2.2.13. Intangível

- (i) Os gastos relacionados com a aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software são registrados ao custo de aquisição, sendo amortizados linearmente em até cinco anos, e estão sujeitos a análises periódicas sobre a deterioração de ativos ("impairment").
- (ii) Os investimentos da Companhia nas controladas incluem ágio quando o custo de aquisição ultrapassa o valor de mercado dos ativos líquidos da controlada adquirida.

Os ágios registrados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 referem-se às aquisições antes da data de transição para o CPC/IFRS (01 de janeiro de 2009) e a Companhia optou por não retroagir as aquisições de investimentos antes da data de transição, para ajustar os respectivos ágios.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.13. Intangível -- Continuação

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio ("*impairment*") é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem *impairment* por desvalorização do valor contábil.

### 2.2.14. Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes por permuta

As obrigações na aquisição de imóveis são reconhecidas pelos valores correspondentes às obrigações contratuais assumidas. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos, quando aplicável, de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), líquido do ajuste a valor presente.

As obrigações relacionadas com as operações de permutas de terrenos por unidades imobiliárias são demonstradas ao valor justo das unidades a serem entregues.

### 2.2.15. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

### (i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro tributável do exercício. Para o cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite expurgar os efeitos decorrentes das mudanças promovidas pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, da base de cálculo desses tributos.

O imposto de renda (25%) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais, que conjuntamente, totalizam 34%. O imposto de renda diferido é gerado por diferenças temporárias da data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas sociedades, a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social é baseada no lucro estimado apurado à razão de 8% e 12% sobre as receitas brutas, respectivamente, sobre o qual se aplica as alíquotas nominais do respectivo imposto e contribuição.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.15. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes--Continuação

Conforme facultado pela legislação tributária, a incorporação de alguns empreendimentos estão submetidas ao regime da afetação, pelo qual o terreno e as acessões objeto de incorporação imobiliária, bem como os demais bens e direitos a ela vinculados, estão apartados do patrimônio do incorporador e constituem patrimônio de afetação, destinado à consecução da incorporação correspondente e à entrega das unidades imobiliárias aos respectivos adquirentes. Adicionalmente, certas controladas efetuaram a opção irrevogável pelo "Regime Especial de Tributação – RET", adotando o "patrimônio de afetação", segundo o qual o imposto de renda e contribuição social são calculados à razão de 1,92% sobre as receitas brutas (4% também considerando PIS e COFINS sobre as receitas).

Em 13 de maio de 2014, a Medida Provisória nº 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14, confirmando a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com opção de antecipar seus efeitos para 2014. A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributários materiais, a Companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014.

### (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais e às diferenças temporárias entre os valores de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Seu reconhecimento ocorre na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultados elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos-futuros que possibilitam a sua utilização total ou parcial, mediante a constituição de uma provisão para a não realização do saldo. Periodicamente, os valores contabilizados são revisados e os efeitos, considerando os de realização ou liquidação, estão refletidos em consonância com o disposto na legislação tributária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.15. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido--Continuação

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos--Continuação

O imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais acumulados não possui prazo de prescrição, porém a sua compensação é limitada a 30% do montante do lucro tributável de cada exercício. Sociedades que optam pelo regime de lucro presumido não podem compensar prejuízos fiscais de um período em anos subsequentes, e por esse motivo não são contabilizados tributos diferidos.

### 2.2.16. Outros passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. Quando aplicável os passivos circulantes e não circulantes são registrados ao valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

### 2.2.17. Plano de opção de compra de ações

A Companhia oferece aos empregados e administradores, devidamente aprovado pelo Conselho de Administração, o plano de remuneração com base em ações ("stock options"), segundo o qual recebe os serviços como contraprestações das opções de compra de ações outorgadas.

O valor justo das opções é estabelecido na data da outorga, sendo que o mesmo é reconhecido como despesa no resultado do exercício (em contrapartida ao patrimônio líquido), à medida que os serviços são prestados pelos empregados e administradores.

Em uma transação liquidada, para os títulos patrimoniais em que o plano é modificado, uma despesa mínima é reconhecida e corresponde às despesas como se os termos não tivessem sido alterados. Uma despesa adicional é reconhecida para qualquer modificação que aumenta o valor justo total das opções outorgadas, ou que de outra forma beneficia o funcionário, mensurada na data da modificação. Em caso de cancelamento de um plano de opção de compra de ações, o mesmo é tratado como se tivesse sido outorgado na data do cancelamento, e qualquer despesa não reconhecida do plano, é reconhecida imediatamente. Porém, se um novo plano substitui o plano cancelado, e o mesmo é designado um plano substituto na data de outorga, o plano cancelado e o novo plano são tratados como se fossem uma modificação ao plano original, conforme mencionado anteriormente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.17. Plano de opção de compra de ações--Continuação

A Companhia revisa, anualmente, suas estimativas da quantidade de opções que terão seus direitos adquiridos, considerando as condições de aquisição não relacionadas ao mercado e as condições por tempo de serviço. A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido.

### 2.2.18. Outros benefícios a empregados

Os salários e benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros), as remunerações variáveis, tais como as participações nos lucros, os bônus e os pagamentos baseados em opções. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, na rubrica "Despesas gerais e administrativas", à medida que são incorridos.

O sistema de bônus opera com metas corporativas individuais, estruturados na eficiência dos objetivos corporativos, seguidos por objetivos de negócios e finalmente por objetivos individuais.

A Companhia e suas controladas não mantêm planos de previdência privada e plano de aposentadoria.

### 2.2.19. Ajuste a valor presente - De ativos e passivos

Os elementos integrantes do ativo e do passivo, decorrentes de operações de longo prazo ou de curto prazo quando houver efeito relevante, são ajustados a valor presente.

Entidades de incorporação imobiliária, nas vendas a prazo de unidades não concluídas, apresentam recebíveis com atualização monetária, inclusive a parcela das chaves, sem juros, e devem ser descontados a valor presente, uma vez que os índices de atualização monetária contratados não incluem o componente de juros.

Os encargos financeiros de recursos utilizados na construção dos empreendimentos imobiliários, e os relativos ao financiamento da construção dos empreendimentos imobiliários, são capitalizados. Portanto, a reversão do ajuste a valor presente de uma obrigação vinculada a esses itens é apropriada ao custo dos imóveis vendidos ou estoques de imóveis a comercializar, conforme o caso, até o momento em que a construção do empreendimento estiver concluída.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.19. Ajuste a valor presente - De ativos e passivos--Continuação

Desse modo, determinados elementos integrantes do ativo e do passivo são ajustados a valor presente, com base em taxas de desconto, as quais visam refletir as melhores estimativas, quanto ao valor do dinheiro no tempo.

A taxa utilizada de desconto tem como fundamento e premissa a taxa média dos financiamentos e empréstimos obtidos pela Companhia, líquidas do efeito inflacionário (Notas 5 e 12).

### 2.2.20. Custos com emissão de títulos e valores mobiliários e debêntures

Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários são contabilizados como item redutor do montante captado pela Companhia. Adicionalmente, os custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários, são amortizados de acordo com o prazo de vigência das operações, sendo o saldo líquido classificado como redutor do valor da respectiva transação (Nota 13).

### 2.2.21. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente relacionados aos empreendimentos durante a fase de construção e aos terrenos enquanto as atividades no preparo do ativo para venda estão sendo realizadas, são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente, desde que existam empréstimos em aberto, os quais são reconhecidos ao resultado na proporção das unidades vendidas. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos relativos a empréstimos, incluindo os de captação.

Os encargos não apropriados ao resultado das controladas devem ser apresentados, nas demonstrações financeiras da controladora, em conta de investimentos no ativo não circulante (Nota 9).

### 2.2.22. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.22. Provisões -- Continuação

(i) Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita (Nota 2.2.1 (ii)(d)).

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não há causas envolvendo ativos contingentes registradas no balanço patrimonial da Companhia.

(ii) Provisão para crédito de liquidação duvidosa e distratos

A Companhia revisa anualmente suas premissas para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos, face à revisão dos históricos de suas operações correntes e melhoria de suas estimativas.

A Companhia constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos para os clientes que tenham parcelas vencidas acima de 90 dias, nas diversas categorias das obras: obras sem atraso, obras atrasadas (dentro do prazo de carência), obras atrasadas (fora do prazo de carência) e obras entregues. Essa provisão é calculada em função do percentual de andamento de obra, metodologia aplicada no reconhecimento de resultado (Nota 2.2.2).

(iii) Provisão para pagamento de encargos contratuais por atraso de obra

Conforme disposto em contrato, a Sociedade adota a prática de provisionamento de encargos a pagar aos clientes elegíveis para empreendimentos com atraso de entrega superior a 180 dias, conforme respectiva cláusula contratual e base histórica de pagamentos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.22. Provisões--Continuação

(iv) Provisão para garantia

A Companhia e suas controladas mantêm provisão para cobrir gastos com reparos em empreendimentos cobertos no período de garantia, com base em estimativa que considera o histórico dos gastos incorridos ajustados pela expectativa futura, exceto para controladas que operam com empresas terceirizadas, que são as próprias garantidoras dos serviços de construção prestados. O prazo de garantia oferecido é de cinco anos a partir da entrega do empreendimento.

(v) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Quando evidências de perda de valor recuperável dos ativos são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O ágio e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor, por meio da comparação com o valor de realização mensurado por meio de fluxos de caixa descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado do capital da Companhia.

### 2.2.23. Impostos sobre vendas

Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

No regime de incidência não cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 1,65% e de 7,6%, para as empresas no regime de tributação do lucro real, calculadas sobre a receita operacional bruta e com desconto de alguns créditos apurados com base em custos e despesas incorridas. Para as empresas optantes do regime de tributação de lucro presumido, no regime de incidência cumulativa, as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS são, respectivamente, de 0,65% e de 3% sobre a receita operacional bruta, sem descontos de créditos em relação a custos e despesas incorridas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.24. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

### 2.2.25. Juros sobre o capital próprio e dividendos

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido pelo montante bruto.

### 2.2.26. Lucro/(prejuízo) por ação básico e diluído

O lucro/(prejuízo) básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido (prejuízo) disponível (alocado) aos acionistas ordinários pelo número médio ponderado de ações ordinárias em aberto durante o período.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações tivessem sido emitidas durante os respectivos períodos, utilizando o preço médio ponderado das ações.

### 2.2.27. Demonstração do resultado abrangente

Para atender às disposições societárias (CPC 26 (R1)), a Companhia apresentou a demonstração do resultado abrangente em suas demonstrações financeiras. A Companhia não possui outros resultados abrangentes, além do resultado do exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.28. Ativo não circulante mantido para venda e resultado de operações descontinuadas

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para a venda se o seu valor contábil for recuperado por meio de transação de venda. Para que esse seja o caso, o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda deve estar disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. Com isso a sua venda deve ser altamente provável.

Para que a venda seja altamente provável, a Administração deve estar comprometida com o plano de venda do ativo, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano. Além disso, o ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente. Ainda, deve-se esperar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação, a menos que eventos fora do controle da Companhia alterem esse período.

O ativo mantido para venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por *impairment* é reconhecida na demonstração de resultado do exercício. Qualquer reversão ou ganho somente será registrado até o limite da perda reconhecida.

Os ativos e passivos do grupo de ativos descontinuados são apresentados em linhas únicas no ativo e no passivo. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada à *impairment*. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados na nota 8.2.

Em 9 de dezembro de 2013, a Companhia divulgou fato relevante informando a conclusão da operação de venda de participação majoritária de 70% da AUSA, conforme detalhado na nota 8.2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 2. Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2. Resumo das principais práticas contábeis--Continuação

### 2.2.29. Combinação de negócios

As transações de combinação de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição, deve ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 3. Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2014 e normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas
  - 3.1 Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2014

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC, aplicáveis às suas operações, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2014.

Os pronunciamentos (novos ou revisados) e as interpretações listados a seguir, que foram emitidos pelo CPC e deliberados pela CVM, possuem aplicação obrigatória para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014. São eles:

 OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral – Deliberação CVM nº 727 de 11 de novembro de 2014;

O objetivo da norma é tratar dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral. Especificamente, dispõe sobre a evidenciação das informações próprias das demonstrações contábil-financeiras anuais e intermediárias, em especial das contidas nas notas explicativas.

A norma trata que as informações evidenciadas devem ser relevantes para os usuários externos. E só são relevantes se influenciarem no processo de decisão dos investidores e credores. Consequentemente, as não relevantes não devem ser divulgadas

- ICPC 09 (R2) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – Deliberação CVM nº 729 de 27 de novembro de 2014;
  - O objetivo da revisão da ICPC 09 decorre, substancialmente, da emissão dos pronunciamentos técnicos CPC 18 (R2), CPC 19 (R2) e CPC 36 (R3), em função das alterações feitas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) na norma internacional de contabilidade IAS 28, IFRS 10 e IFRS 11. Outros itens também foram revistos visando ajustar o texto às necessidades atuais e mantê-los convergentes com as normas internacionais.
- ICPC 19 Tributos Deliberação CVM nº 730 de 27 de novembro de 2014;
  - A Interpretação está correlacionada com a *IFRIC Interpretation 21 Levies*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). O documento dispõe sobre a contabilização de obrigação de pagar um tributo, se a obrigação estiver no alcance do Pronunciamento Técnico CPC 25 e ainda trata da contabilização de obrigação de pagar tributo cuja época e valor sejam certos.
- Alteração ao CPC 01/IAS 36 "Redução no Valor Recuperável de Ativos" sobre a divulgação do valor recuperável de ativos não financeiros. Essa alteração elimina determinadas divulgações do valor recuperável de Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que haviam sido incluídas no IAS 36 com a emissão do IFRS 13.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

- 3. Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2014 e normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas --Continuação
  - 3.1 Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2014--Continuação
    - Alteração ao CPC 39/IAS 32 "Instrumentos Financeiros: Apresentação", sobre compensação de ativos e passivos financeiros. Esta alteração esclarece que o direito de compensação não deve ser contingente em um evento futuro. Ele também deve ser legalmente aplicável para todas as contrapartes no curso normal do negócio, bem como no caso de inadimplência, insolvência ou falência. A alteração também considera os mecanismos de liquidação.
    - Revisão Pronunciamento Técnico nº 07 "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade. Especialmente para fins de IFRS, as modificações do IAS 27 foram adotadas antecipadamente.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgados pela Companhia.

### 3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

 IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

O projeto de revisão dos normativos sobre instrumentos financeiros é composto por três fases:

<u>Fase 1: Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros</u>
Com relação à classificação e mensuração nos termos da IFRS 9, todos os ativos financeiros reconhecidos, que atualmente estejam incluídos no escopo da IAS 39, serão posteriormente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo.

### Fase 2: Metodologia de redução ao valor recuperável

O modelo de redução ao valor recuperável da IFRS 9 reflete as perdas de crédito esperadas, em vez de perdas de crédito incorridas, nos termos da IAS 39. De acordo com a abordagem de redução ao valor recuperável na IFRS 9, não é mais necessário que um evento de crédito tenha ocorrido antes do reconhecimento das perdas de crédito. Em vez disso, uma entidade sempre contabiliza perdas de crédito esperadas e as variações nessas perdas de crédito esperadas. O valor das perdas de crédito esperadas deve ser atualizado em cada data das demonstrações financeiras para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- 3. Pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações adotadas a partir de 1º de janeiro de 2014 e normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas --Continuação
  - 3.2. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas--Continuação

#### Fase 3: Contabilização de hedge

As exigências de contabilização de hedge trazidas pela IFRS 9 mantêm os três tipos de mecanismo de contabilização de hedge da IAS 39. Por outro lado, o novo normativo trouxe maior flexibilidade no que tange os tipos de transações elegíveis à contabilização de hedge, mais especificamente a ampliação dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumentos de hedge e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis à contabilização de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi renovado e substituído pelo princípio de "relacionamento econômico". A avaliação retroativa da efetividade do hedge não é mais necessária. Foram introduzidas exigências adicionais de divulgação relacionadas às atividades de gestão de riscos de uma entidade.

Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

• IFRS 15 - Receita de contrato com clientes

Em 28 de maio de 2014, o *International Accounting Standards Board* (IASB) e o *Financial Accounting Standards Board* (FASB) emitiram novos requisitos para o reconhecimento de receita em ambos IFRS e U.S. GAAP, respectivamente. O IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes, exige de uma entidade o reconhecimento do montante da receita refletindo a contraprestação que espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando esta for adotada. A aplicação é necessária para exercícios anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida para fins de IFRS e não permitida localmente antes da harmonização e aprovação do CPC e CVM.

A Companhia está avaliando os efeitos do IFRS 15 e do IFRS 9 nas suas demonstrações financeiras e ainda não concluiu suas análises até o presente momento, não podendo estimar o impacto da adocão da presente norma.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

### 4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e bancos Operações compromissadas (a) Total caixa e equivalentes a caixa (Nota 21.i.d e 21.ii.a)

Controlad	ora	Consolid	lado
2014	2013	2014	2013
24.501 9.291	11.940 27.092	85.059 24.836	121.222 93.972
33.792	39.032	109.895	215.194
	2014 24.501 9.291	<b>24.501</b> 11.940 <b>9.291</b> 27.092	2014         2013         2014           24.501         11.940         85.059           9.291         27.092         24.836

(a) As operações compromissadas são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra garantida do título por parte do emissor, e de revenda pelo cliente, com taxas definidas, e prazos predeterminados, lastreados por títulos privados ou públicos dependendo da disponibilidade do banco e são registradas na CETIP.

Em 31 de dezembro de 2014, as operações compromissadas incluem juros incorridos até a data do balanço, variando de 70% a 101% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 75% a 101,8% do CDI em 2013). Os investimentos são realizados junto a instituições financeiras avaliadas pela Administração como sendo de primeira linha.

#### 4.2. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolia	ado
	2014	2013	2014	2013
Fundos de renda fixa (a)	183.150	587.878	326.977	706.481
Títulos do governo (LFT) (a)	43.640	116.888	77.911	140.210
Operações compromissadas (a)	201.957	328.169	361.226	393.648
Certificado de depósitos bancários (b)	47.702	113.611	103.219	291.871
Aplicações financeiras caucionadas (c)	98.828	74.305	104.039	105.380
Aplicações financeiras restritas (d)	6.765	20.175	73.987	171.367
Outros	-	-	-	12
Total títulos e valores mobiliários				
(Nota 21.i.d e 21.ii.a)	582.042	1.241.026	1.047.359	1.808.969

- (a) Estrutura de Fundos de Investimentos exclusivos com objetivo de rentabilizar os recursos acima de variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os fundos possuem mandatos de riscos que são acompanhados periodicamente e respeitam as políticas internas de investimentos vigente.
- (b) Em 31 de dezembro de 2014, os Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) incluem juros incorridos até a data do balanço, variando de 70% a 108% (de 70% até 109% em 2013) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Os CDBs têm rendimento médio superior ao rendimento das compromissadas, porém a Companhia efetua operações de curto prazo (inferior a 20 dias úteis) por meio de operações compromissadas levando em consideração a isenção de IOF, o que não ocorre no caso dos CDBs.
- (c) As aplicações financeiras caucionadas são realizadas por meio de fundo de renda fixa, com valorização de suas cotas através de aplicação dos recursos exclusivamente em títulos públicos federais, indexados a taxas pré-fixadas, ou índices de preços e são caucionados como parte da garantia de emissões da Companhia. Estes valores são liberados periodicamente quando apurado excedente de garantia na emissão e/ou conforme definição da escritura. Maiores informações são apresentadas nas notas 13 e 17(b).
- (d) Aplicações financeiras restritas são representadas por repasses de créditos associativos que estão em processo de liberação na Caixa Econômica Federal. Estas liberações ocorrem conforme a regularização dos contratos firmados com clientes junto à instituição financeira, cuja expectativa de liberação da Companhia é de até 90 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber de incorporação e serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
<u> </u>	2014	2013	2014	2013
Clientes de incorporação e venda de imóveis	1.022.938	1.205.137	1.919.846	2.356.976
( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos	(5.616)	(7.040)	(109.893)	(179.372)
( - ) Ajuste a valor presente	(17.095)	(10.188)	(24.642)	(14.484)
Clientes de serviços e construção e outros	24.214	28.993	40.008	60.548
	1.024.441	1.216.902	1.825.319	2.223.668
Circulante	748.910	1.034.833	1.440.498	1.909.877
Não circulante	275.531	182.069	384.821	313.791

As parcelas do circulante e não circulante têm vencimento nos seguintes exercícios sociais:

	Controlad	dora	Consolidado	
Vencimento	2014	2013	2014	2013
2014	-	1.052.062	-	2.103.733
2015	771.621	95.610	1.575.033	183.140
2016	146.607	43.011	187.719	61.963
2017	63.382	12.011	112.191	31.677
2018	14.291	6.979	18.969	8.275
2019 em diante	51.251	24.457	65.942	28.736
·	1.047.152	1.234.130	1.959.854	2.417.524
( - ) Ajuste a valor presente	(17.095)	(10.188)	(24.642)	(14.484)
( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa e distratos	(5.616)	(7.040)	(109.893)	(179.372)
	1.024.441	1.216.902	1.825.319	2.223.668

O saldo de contas a receber das unidades vendidas e ainda não concluídas não está totalmente refletido nas demonstrações financeiras. Seu registro é limitado à parcela da receita, reconhecida contabilmente, líquida das parcelas já recebidas, conforme prática contábil mencionada na Nota 2.2.2(i)(b).

As parcelas recebidas de clientes, superiores ao montante da receita reconhecida totalizaram, em 31 de dezembro de 2014, R\$12.939 (R\$39.868 em 2013) na controladora e R\$21.236 (R\$48.220 em 2013) no consolidado e estão classificadas na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes" (Nota 18).

O saldo de contas a receber de unidades concluídas, financiado pela Companhia, é atualizado monetariamente pela variação do IGP-M, acrescido de juros de 12% ao ano, sendo essa receita apropriada ao resultado, na rubrica "Receita de incorporação e venda de imóveis, permuta e prestação de serviços de construção". Os montantes reconhecidos de juros, na controladora e no consolidado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 totalizaram, R\$23.134 (R\$20.672 em 2013), e R\$36.216 (R\$31.419 em 2013), respectivamente.

Os saldos das provisões para créditos de liquidação duvidosa e distratos, são considerados suficientes pela Administração da Companhia para fazer face à estimativa com perdas futuras na realização do saldo de contas a receber.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber de incorporação e serviços prestados--Continuação

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a movimentação nas provisões para créditos de liquidação duvidosa e distratos está sumariada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro Adições (Nota 23) Baixas (Nota 23) Saldo em 31 de dezembro

Controladora				
2014	2013			
(7.040)	(17.029)			
-	(10.758)			
1.424	20.747			
(5.616)	(7.040)			

Saldo em 31 de dezembro de 2012 Adições
Baixas
Saldo em 31 de dezembro de 2013 Baixas
Saldo em 31 de dezembro de 2014

	Consolidado					
Imóveis a comercializar						
Contas a receber	(Nota 6)	Saldo líquido				
(260.494)	180.399	(80.095)				
(24.113)	14.895	(9.218)				
105.235	(88.122)	17.113				
(179.372)	107.172	(72.200)				
69.479	(54.863)	14.616				
(109.893)	52.309	(57.584)				

O valor total da reversão do ajuste a valor presente reconhecido nas receitas de incorporação imobiliária do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$3.457 (R\$598 em 2013), na controladora, e R\$1.660 (R\$1.214 em 2013) no consolidado.

As contas a receber de imóveis não concluídos foram mensuradas a valor presente considerando a taxa de desconto apurada segundo critérios descritos na Nota 2.2.2. A taxa de desconto praticada pela Companhia e suas controladas foi de 3,27 a 4,64% para o exercício de 2014 (1,98 a 3,10% em 2013), líquida do INCC.

A Companhia celebrou as seguintes operações de Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), as quais têm por objeto a cessão, pelo cedente ao cessionário, de uma carteira pré-selecionada de créditos imobiliários residenciais e comerciais performados e a performar originários da Gafisa e suas controladas. As carteiras cedidas, descontadas ao seu valor presente, são classificadas na rubrica "Obrigações com cessão de direitos creditórios".

	Data da	Carteira	Carteira descontada ao	Saldo operação Controladora (Nota 14)			Saldo opera Consolidado (N	
	operação	cedida	valor presente	2014	2013	2014	2013	
(i)	26/jun/2009	89.102	69.315	-	-	_	12.295	
(ii)	27/jun/2011	203.915	171.694	5.678	13.407	8.851	17.146	
(iii)	22/dez/2011	72.384	60.097	2.897	5.654	3.985	13.686	
(iv)	06/jul/2012	18.207	13.917	1.483	2.578	1.483	2.578	
(v)	14/nov/2012 (a)	181.981	149.025	-	-	6.151	10.639	
(vi)	27/dez/2012	72.021	61.647	8.604	35.831	8.604	35.831	
(vii)	29/nov/2013	24.149	19.564	3.451	5.675	9.459	17.154	
(viii)	25/nov/2014	15.200	12.434	9.407	-	11.513	-	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5. Contas a receber de incorporação e serviços prestados--Continuação

(a) Operação efetuada pela coligada Alphaville e suas controladas, "à época controlada" da Companhia. O saldo apresentado refere-se ao saldo remanescente de controladas consolidadas pela Companhia.

Nas operações acima, a Companhia e suas controladas são coobrigadas até o momento da transferência da alienação fiduciária a favor do agente securitizador.

Para os itens (i) a (vi) acima, a Companhia foi contratada para exercer, dentre outras funções, a conciliação dos recebimentos dos créditos, lastro da cessão, a cobrança dos inadimplentes, dentre outros, segundo os critérios de cada investidor, sendo remunerada por estes serviços.

Quando aplicável, a diferença entre o valor nominal da carteira de recebíveis e o valor descontado ao seu valor presente foi registrado no resultado do exercício em que a operação foi realizada na rubrica "Desconto com Operação de Securitização" no grupo de despesas financeiras.

### 6. Imóveis a comercializar

	Controladora		Consolid	ado
<u> </u>	2014	2013	2014	2013
Terrenos	761.061	720.448	1.311.847	1.077.762
( - ) Ajuste a valor presente	(4.907)	(1.268)	(5.503)	(883)
Imóveis em construção	550.982	327.343	905.190	630.407
Custo de imóveis no reconhecimento da provisão para distratos - Nota 5	•	-	52.309	107.172
Unidades concluídas	121.040	74.907	260.808	291.232
( - ) Provisão para perda na realização de imóveis				
a comercializar	(7.760)	(3.298)	(12.309)	(11.276)
	1.420.416	1.118.132	2.512.342	2.094.414
Circulante	932.681	780.867	1.695.817	1.442.019
Não circulante	487.735	337.265	816.525	652.395

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a movimentação da provisão para perda na realização está sumarizada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	(7.663)
Adições	(3.298)	(23.758)
Baixas	` <u>-</u>	11.009
Transferência entre terrenos destinados à venda (Nota 8.1)	-	9.136
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(3.298)	(11.276)
Adições	(4.462)	(4.462)
Baixas	-	3.429
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(7.760)	(12.309)

A Companhia possui compromissos de construção de unidades permutadas, relativas à aquisição de terrenos, contabilizados com base no valor justo das unidades a serem entregues.

Conforme mencionado na Nota 12, o saldo de encargos financeiros capitalizados em 31 de dezembro de 2014 foi de R\$220.959 (R\$142.860 em 2013) na controladora, e R\$276.613 (R\$214.298 em 2013) no consolidado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 7. Demais contas a receber

	Controla	uuia	Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Adiantamentos a fornecedores	1.848	2.544	5.082	5.266
Impostos a recuperar (IRRF, PIS, COFINS, entre outros)	20.830	23.679	76.000	70.054
Depósito judicial (Nota 17)	123.510	95.343	154.939	127.405
Outros	64	78	5.125	5.986
	146.252	121.644	241.146	208.711
Circulante Não circulante	61.355 84.897	15.749 105.895	128.905 112.241	71.083 137.628

### 8. Ativo não circulante destinado à venda

### 8.1 Terrenos destinados à venda

A Companhia, em linha com o seu direcionamento estratégico, optou por colocar à venda terrenos não considerados no plano de negócios aprovado para o ano de 2015. Da mesma forma definiu um plano específico para a venda dos referidos terrenos. O valor contábil dos referidos terrenos, ajustados ao valor de mercado quando aplicável, após teste de "*impairment*", é distribuído, conforme segue:

		Consolidado		
	Provisão para			
	Custo	"impairment"	Saldo líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	185.463	(46.104)	139.359	
Transferência de imóveis a comercializar (Nota 6)	14.715	(9.136)	5.579	
Reversão / baixas	(28.068)	(2.023)	(30.091)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	172.110	(57.263)	114.847	
Adições	23.313	(24.990)	(1.677)	
Reversão / baixas	(33.686)	31.079	(2.607)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	161.737	(51.174)	110.563	
Gafisa e SPEs	32.928	(26.854)	6.074	
Tenda e SPEs	128.809	(24.320)	104.489	

Em 9 de dezembro de 2013, a Companhia divulgou fato relevante informando a conclusão da operação de venda de participação de 70% de AUSA. Em decorrência desta transação, foi apurado um resultado de R\$553.745 na controladora e R\$631.122 no consolidado, registrados na rubrica de resultado de operações descontinuadas, conforme demonstrado abaixo:

	2013							
	Controladora	Consolidado						
Montante recebido	896.077	1.254.521						
(-) Baixa investimentos	(227.205)	(318.086)						
(-) Baixa ágio	(127.380)	(379.829)						
<ul><li>(-) Custo da operação</li></ul>	(16.336)	(16.336)						
	525.156	540.270						
Resultado equivalência	104.701	166.964						
Despesas com impostos	(76.112)	(76.112)						
	553.745	631.122						

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8. Ativo não circulante destinado à venda--Continuação

# 8.2 Ativo não circulante destinado à venda e resultado de operações descontinuadas

Em atendimento ao parágrafo 38 do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia apresenta abaixo as principais linhas de demonstração de resultado e fluxo de caixa da coligada Alphaville Urbanismo S.A. (AUSA):

Demonstração do resultado	2013(a)	Fluxo de caixa	2013(a)		
Receita operacional líquida Custos operacionais Despesas operacionais, líquidas Depreciações e amortizações Resultado de equivalência patrimonial Resultado financeiro Imposto de renda e contribuição social Acionistas não controladores Lucro do exercício	810.397 (429.066) (137.920) (2.918) 3.445 (27.258) (21.783) 194.897 (18.459) 176.438	Atividades operacionais Atividades de investimento Atividades de financiamento	(197.093) 66.664 (1.350)		

<sup>(</sup>a) Saldo referente ao período findo em 9 de dezembro de 2013, data de conclusão da alienação da participação majoritária de AUSA.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Investimentos em participações societárias

### (i) Participações societárias

### (a) Informações de controladas e controladas em conjunto

` ,	-					-		_	Controladora				Consolidado				
Investidas diretas		Participação - %		Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido e adto. para futuro aumento de capital		Lucro (prejuízo) do exercício		Investimentos		Equivalência patrimonial		Investimentos		Equivalência patrimonial	
		2014	2013	2014	2014	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Construtora Tenda S/A	-	100%	100%	2.125.190	1.066.713	1.058.477	1.127.969	(109.437)	(90.926)	1.058.477	1.127.969	(109.437)	(94.837)	-	-	-	(3.911)
Alphaville Urbanismo S.A	(a)	30%	10%	2.036.491	1.474.827	561.664	454.054	107.662	176.021	168.499	45.405	24.597		168.499	136.216	32.283	` -
Shertis Emp. e Part. S.A.	(a)	0%	100%	-	-	-	267.415	-	211.489	-	267.340	7.756	211.414	-	(75)	-	(75)
Gafisa SPE 26 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	175.315	7.369	167.946	162.059	5.887	2.982	167.946	-	1.971	-	-	-	-	-
Gafisa SPE-89 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	80.740	14.179	66.561	77.656	532	23.388	66.561	77.656	532	23.388	-	-	-	-
Gafisa SPE-51 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	62.954	4.926	58.028	57.377	(838)	(399)	58.028	57.377	(838)	(399)	-	-	-	-
Gafisa SPE 72 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	54.692	10.590	44.102	41.596	2.506	(4.272)	44.102	41.596	2.506	(4.272)	-	-	-	-
Gafisa SPE-116 Emp. Imob. Ltda.	(b)	50%	50%	80.153	1.533	78.620	82.075	(5.380)	8.939	39.310	41.038	(2.690)	4.470	39.310	41.038	(2.690)	4.470
Gafisa SPE- 130 Emp. Imob. Ltda	-	100%	100%	55.196	17.941	37.255	(7)	7.645	(4)	37.255	-	8.077	-	-	-	-	-
SPE Parque Ecoville Emp. Imob. Ltda	-	100%	100%	84.962	48.289	36.673	40.008	(3.335)	8.101	36.673	40.008	(3.335)	5.773	-	-	-	-
Manhattan Square Em. Im. Res. 02 Ltda	-	100%	50%	35.449	51	35.398	2.829	8	(46)	35.398	3.211	8	(46)	-	382	-	-
Gafisa SPE-107 Emp. Imob. Ltda.	(c)	100%	100%	32.145	2.951	29.194	28.971	223	(681)	29.194		7					
Varandas Grand Park Em. Im. Ltda	(b)(d)	50%	50%	127.320	70.559	56.761	25.982	5.924	2.341	28.380	12.991	4.642	1.430	28.380	12.991	4.642	1.430
Sitio Jatiuca Emp. Imob. SPE Ltda	(b)	50%	50%	60.005	4.351	55.654	64.035	2.591	(5.951)	27.827	32.018	1.296	(2.975)	27.827	32.018	1.295	(2.975)
Gafisa SPE - 121 Emp. Imob. Ltda.		100%	100%	111.420	84.674	26.746	6.151	20.595	8.313	26.746	6.151	20.595	8.313	-	-	-	-
Gafisa SPE-88 Emp. Imob. Ltda.	(c)	100%	100%	29.130	2.637	26.493	25.550	943	(6.558)	26.493		980	-	-	-	-	-
Gafisa SPE-41 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	27.555	1.168	26.387	26.357	30	(502)	26.387	26.357	30	(502)	-	-	-	-
Verdes Pracas Incorp. Imob. SPE Ltda.	-	100%	100%	26.432	203	26.230	25.494	736	(520)	26.230	25.494	736	(520)	-	-	-	-
Gafisa SPE 50 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	51.378	25.588	25.791	25.837	(46)	(446)	25.791	25.837	(46)	(446)			-	-
Gafisa e Ivo Rizzo SPE-47 Ltda	(b)	80%	80%	31.485	43	31.442	31.275	1	(1)	25.153	25.020	1	(1)	25.153	25.020	1	(1)
Parque Arvores Empr. Imob. Ltda.	(b)(d)	50%	50%	39.599		39.599	37.990	4.072	9.749	24.502	24.550	5.519	6.371	24.502	24.550	5.519	6.371
Gafisa SPE-110 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	50.628	26.513	24.115	25.745	(1.631)	10.288	24.115	25.745	(1.631)	10.288	-	-	-	-
Gafisa SPE - 123 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	104.290	80.689	23.600	10.462	13.138	4.508	23.600	10.462	13.138	4.508	-	-	-	-
Gafisa SPE-112 Emp. Imob. Ltda.	(c)	100% 100%	100% 100%	23.971 85.752	2.229 64.164	21.742 21.588	20.634 10.561	1.108 11.027	8.183 6.005	21.742 21.588	10.561	475 11.027	6.005	-	-	-	-
Gafisa SPE-111 Emp. Imob. Ltda. Maraville Gafsa SPE Emp. Imob. Ltda.		100%	100%	52.259	33.483	18.776	10.163	8.612	5.120	18.776	10.163	8.612	5.120	-	-	-	-
Edsp 88 Participações S.A.		100%	100%	24.551	5.805	18.776	39.883	(21.137)	(6.596)	18.746	39.883	(21.137)	(6.596)	-	-	-	-
Manhattan Square Em. Im. Com. 02 Ltda		100%	50%	18.020	64	17.956	1.797	(21.137)	(0.590)	17.956	1.642	(21.137)	(157)	-	(93)	-	-
Gafisa SPE 32 Emp. Imob. Ltda.	- :	100%	100%	19.180	1.264	17.916	18.070	(165)	27	17.916	18.070	(165)	27	-	(93)	-	-
Gafisa SPE 46 Emp. Imob. Ltda.	•	100%	60%	5.505	1.204	5.505	16.391	175	(194)	17.466	9.835	90	(116)	-	9.835	90	(116)
Gafisa SPE 30 Emp. Imob. Ltda.	(c)	100%	100%	63.772	47.632	16.140	16.033	107	(210)	16.140	16.033	107	(210)	-	9.000	90	(110)
Fit 13 Spe Empr. Imob. Ltda.	(b)	50%	50%	38.077	6.601	31.476	31.207	99	15.386	15.738	12.203	49	6.755	-	-	-	-
Gafisa SPE-106 Emp. Imob. Ltda.	(c)	100%	100%	17.325	1.682	15.642	17.010	(1.367)	(286)	15.642	12.203	(42)	0.755	-	-	-	
Gafisa SPE-92 Emp. Imob. Ltda.	(c)	100%	100%	16.527	980	15.547	14.644	903	2.925	15.547		817	-	-	-	-	
Diodon Participações Ltda	(0)	100%	100%	15.346	266	15.080	15.372	(292)	(18.396)	15.080		(345)					
Gafisa SPE 33 Emp. Imob. Ltda.		100%	100%	13.333	200	13.332	14.028	238	(1.609)	14.267	_	166	_	_	_	_	_
Gafisa SPE 71 Emp. Imob. Ltda.	(b)	100%	80%	15.861	1.619	14.242	19.617	(79)	709	14.242	15.694	(227)	567	_	15.694	610	567
Apoena SPE Emp. Imob. Ltda.		100%	100%	14.137	1.100	13.038	12.941	102	1.198	13.038	12.941	102	1.145	_	-	-	-
Parque Aguas Empr. Imob. Ltda.	(b)(d)	50%	50%	17.046		17.046	17.188	2.255	3.671	11.589	11.640	2.925	2.529	11.589	11.640	2.925	2.529
Gafisa SPE 65 Emp. Imob. Ltda.	(D)(G)	100%	80%	19.669	8.179	11.490	13.831	1.009	(383)	11.490	11.065	860	(306)	- 11.505	11.065	597	(306)
Alto Da Barra De Sao Miguel Em. Im.	(b)	.00/0	5576	.0.000	00	50	.0.00		(000)	50		550	(555)			551	(000)
SPE Ltda	(0)	50%	50%	23,487	983	22.504	22.943	(439)	819	11.252	11.472	(315)	410	11.252	11.472	(315)	410
Blue I SPE - Plan., Prom., Inc. E Venda		5576	5576	2007	230	22.004		(.55)	0.0		2	(0.0)			2	(5.5)	
Ltda.		100%	100%	11.274	412	10.862	11.411	(548)	225	10.862	_	(481)	-	-	_	_	_
Città Ville SPE Emp. Imob. Ltda.	(b)	50%	50%	63.578	42.452	21.126	55.886	(1,367)	2.365	10.563	27.943	(684)	1.182	-	_	_	_
Gafisa SPE-113 Emp. Imob. Ltda.	(b)	60%	60%	72.017	54.896	17.122	15.648	3.061	(3.559)	10.273	9.389	1.837	(2.136)	10.273	9.389	1.837	(2.136)
Gafisa SPE - 122 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	39.295	29.170	10.125	(230)	10.355	()	10.125		10.912	(=)		-	-	(=:::=0)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Investimentos em controladas--Continuação

- (i) Participações societárias--Continuação
  - (a) Informações de controladas e controladas em conjunto--Continuação

( )	3				0.00.00		Controladora			Consolidado							
		Participa	3	Total do ativo	Total do passivo	para futuro ca	íquido e adto. aumento de pital	exe	rejuízo) do rcício	Investin		Equivalência		Investim		Equivalência p	
Investidas diretas		2014	2013	2014	2014	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Gafisa SPE 55 Emp. Imob. Ltda.	(b)(c)	80%	0%	15.543	3.084	12.459	-	3.743	-	9.967	-	566	-	9.967	-	566	-
Gafisa SPE - 120 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	34.280	25.598	8.682	1.255	7.427	61	8.682	1.255	7.427	61	-	-	-	-
Gafisa SPE 36 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	24.838	16.831	8.007	7.691	315	1.087	8.007	7.691	315	1.087	-	-	-	-
Gafisa SPE-38 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	8.102	130	7.971	7.890	81	40	7.971	7.890	81	40	-	-	-	-
Gafisa SPE-84 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	15.169	7.339	7.830	8.109	(279)	(1.628)	7.830	-	(150)	-	-	-	-	-
Atins Emp. Imob.s Ltda.	(b)	50%	0%	26.221	10.819	15.402	-	72	-	7.701	-	36	-	7.701	-	37	-
Gafisa SPE-109 Emp. Imob. Ltda.	(c)	100%	100%	8.776	1.484	7.292	6.938	354	871	7.292	-	61	-	-	-	-	-
Aram Spe Empr. Imob. Ltda.	-	100%	100%	7.923	946	6.977	5.981	4.326	1.328	6.977	6.387	4.029	(5.320)	-	306	-	(6.649)
Gafisa SPE-37 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	7.621	928	6.693	6.811	(118)	164	6.693	6.811	(118)	164	-	-	-	-
Gafisa SPE-90 Emp. Imob. Ltda.	(c)	100%	100%	11.985	5.448	6.536	6.351	243	(413)	6.536	-	139	-	-	-	-	-
Gafisa SPE-85 Emp. Imob. Ltda.	(b)	80%	80%	43.021	35.282	7.739	7.064	815	(15.952)	6.191	5.651	652	(12.761)	6.191	5.651	652	(12.761)
Gafisa SPE-81 Emp. Imob. Ltda.	(c)	100%	100%	71.719	65.687	6.032	6.290	(258)	(9.760)	6.032	-	(1.969)	-	-	-	-	-
Costa Maggiore Empr. Imob. Ltda.	(b)	50%	50%	13.552	1.563	11.989	15.463	1.626	3.789	5.994	10.307	936	1.977	5.994	10.307	936	1.977
Dubai Residencial Empr. Imob. Ltda.	(b)(d)	50%	50%	6.523	-	6.523	19.400	227	10.985	5.531	12.895	(4.303)	5.581	5.531	12.895	(4.303)	5.581
Prime Empr. Imob. Ltda.	(b)(d)	50%	50%	16.974	6.100	10.874	6.322	(5.064)	563	5.437	3.161	1.010	393	5.437	3.161	1.010	393
Gafisa SPE 42 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	8.673	3.272	5.401	5.794	(393)	(97)	5.401	5.794	(393)	(97)	-	-	-	-
Jardim I - Plan., Prom. E Venda Ltda	-	100%	100%	20.881	15.737	5.144	5.973	(829)	543	5.144	5.973	(829)	543	-	-	-	-
O Bosque Empr. Imob. Ltda.	(b)	60%	60%	8.735	283	8.453	9.123	(410)	(701)	5.072	5.460	(245)	(163)	5.072	5.460	(245)	(163)
Gafisa SPE-22 Emp. Imob. Ltda.	-	100%	100%	5.814	751	5.063	5.255	(192)	(25)	5.063	5.255	(192)	(25)	-	-	-	-
Ajuste OCPC01 - juros capitalizados	(e)			-	-	-	-	-	-	27.237	24.185	3.052	6.719	-	-	-	3.527
Outros (*)	-			444.110	433.431	10.679	(64.517)	(61.832)	(24.896)	47.474	116.563	3.679	(4.730)	16.703	93.016	(283)	(11.942)
Gafisa SPE 55 Emp. Imob. Ltda.	(c)	0%	80%	-	-	-	47.591	-	-	-	-	-	-	-	41.278	-	(537)
Saí Amarela S.A.	(b)	50%	50%	2.384	30	2.354	1.935	(99)	(153)	-	-	-	-	918	968	(50)	(1.920)
Gafisa SPE-51 Emp. Imob. Ltda.	(b)	60%	60%	5.463	1.509	3.954	4.414	(458)	(1.208)	-	-	-	-	2.372	2.647	(275)	(725)
Outros	-			1.019	84	934	13.752	57	(17.202)	-	-	-	-	417	1.690	(5)	(160)
Controladas em conjunto indiretas Gafisa	-		-	8.866	1.623	7.242	67.692	(500)	(18.563)	-	-	-	-	3.707	46.583	(330)	(3.342)
Acedio SPE Emp. Imob. Ltda.	-	55%	55%	4.886	3	4.883	4.696	6	(1)	_	_	-	_	2.685	2.583	3	(1)
Maria Inês SPE Emp. Imob. Ltda.	-	60%	60%	21.351	437	20.914	20.836	55	305	_	_	-	_	12.548	12,502	33	183
Fit 02 SPE Emp. Imob. Ltda.	-	60%	60%	12.549	607	11.942	11.758	184	2	_	_	_	_	7.165	7.055	110	1
Fit Jardim Botânico SPE Emp. Imob. Ltda.	-	55%	55%	39.897	1.338	38.559	39.404	(822)	1.303	-	-	-	-	21.207	21,672	(451)	716
Fit 11 SPE Emp. Imob. Ltda.	-	70%	70%	53.542	23.938	29.604	27.452	(2.643)	6.180	-	-	-	-	20.723	19.217	(1.851)	4.326
Fit 31 SPE Emp. Imob. Ltda.	-	70%	70%	22.966	11.207	11.759	15.155	(3.047)	(5.303)	-	-	-	-	8.231	10.608	(2.133)	(3.712)
Fit 34 SPE Emp. Imob. Ltda.	-	70%	70%	32,709	963	31.746	29.964	1.597	4.286	-	-	-	-	22,221	20.975	1.117	3.000
Fit 13 SPE Emp. Imob. Ltda.	-	50%	50%	38.077	6.601	31,476	31.207	99	15.386	-	-	-	-	18.399	31,222	49	16.314
Ac Participações Ltda	-	100%	80%	25.752	5.333	20.419	23.755	(3.906)	1.929	-	-	-	-	-	19.004	(3.906)	1.543
Fit 03 SPE Emp. Imob. Ltda.	-	80%	80%	11.351	544	10.807	10.044	764	(2.041)	-	-	-	-	8.646	8.035	611	(1.633)
Fit Campolim SPE Emp. Imob. Ltda.	-	55%	55%	6.726		6.726	6.623	(1)	(8)	-	-	-	-	3.699	3,643	(1)	(4)
Imbuí I SPE Emp. Imob. Ltda.	-	50%	50%	9.401	588	8.813	8.899	(68)	(203)	-	-	-	-	4,406	4,450	(41)	(100)
Jardim São Luiz SPE Incorp. Ltda.	-	100%	50%	8.131	666	7.465	7.130	-	(90)	-	-	-	-	-	3.565	-	(45)
Grand Park - Pg. dos Pássaros SPE Emp.	-								()								( /
Imob. Ltda.		50%	50%	26.453	-	26.453	35,230	2.595	9.538	-			-	18.646	17.615	1.304	6.260
Citta Itapua Emp. Imob. SPE Ltda.		50%	50%	14.423	1.992	12.431	15.354	(1.311)	(597)	_	-	_	-	6.215	7.379	(670)	(298)
SPE Franere Gafisa 08 Emp. Imob. Ltda.	-	50%	50%	90.554	52.936	37.618	59.996	(25.394)	11.987	_	_	_	_	18.809	29.998	(12.697)	5.993
Città Ipitanga SPE Emp. Imob. Ltda.		50%	50%	12.812	1.109	11.703	16.957	(810)	(378)	_	-	_	-	5.852	8.289	(403)	(189)
Outros	-				-	-	5.236	(= /	(8)	-			-	-	(2.110)	(256)	(1.100)
Controladas em conjunto indiretas Tenda	-		-	431.580	108.262	323.318	369.696	(32.702)	42.287	-	-	-	-	179.452	225.702	(19.182)	31.254
Cultural				7 000 447	0.000.070	0.400.040	0.540.400	(47.040)	000 700	0.550.007	0.000.007	0.000	170.045	F00 F40	744.000	05.050	14.100
Subtotal			_	7.393.417	3.993.373	3.400.043	3.546.489	(17.816)	360.739	2.558.937	2.360.037	2.830	179.645	592.540	744.223	25.652	14.132

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Investimentos em controladas--Continuação

- (i) Participações societárias--Continuação
  - (a) Informações de controladas e controladas em conjunto—Continuação

										Controladora			Consolidado		olidado		
		Particip	pação - %	Total do ativo	Total do passivo	para futui	líquido e adto. ro aumento de apital	Lucro (pro		Investin	nentos	Equivalê patrimo		Investime	entos	Equivalência j	patrimonial
Investidas diretas		2014	2013	2014	2014	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Outros investimentos	(f)									_	91.056	_	_	-	-	-	-
Ágio na aquisição de controladas Ágio fundamentado por mais valia de	(g)									25.476	43.080	-	-	-	-	-	-
estoques	(1.)									62.343	77.360	-	-	-	-	-	-
Complemento de remensuração de investimento em coligada	(h)									375.853	108.300	-	-	375.853	375.853	-	<u> </u>
Total investimentos										3.022.609	2.679.833	2.830	179.645	968.393	1.120.076	25.652	14.132
(*) Incluem empresas com saldo de inves	stimentos in	feriores a R\$	5.000.														

								_	Controladora			Consolidado				
	Particip	ação - %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líq para futuro a capi	iumento de	Lucro (pre		Provisão para pa descobert		Equivalência p	atrimonial	Provisão para descob		Equivalência p	atrimonial
Investidas diretas	2014	2013	2014	2014	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Provisão para passivo a descoberto (i): Manhattan Residencial 01 Spe Ltda Gafísa Vendas Interm. Imobiliaria Ltda Gafísa SPE 69 Emp. Imob. Ltda. Gafísa SPE-117 Emp. Imob. Ltda. Outros (*)	50% 100% 100% 100%	50% 100% 100% 100%	82.135 6.090 953 16.259 30.119	147.813 21.694 6.764 21.403 36.702	(65.678) (15.604) (5.810) (5.144) (6.584)	(43.283) (5.398) (2.862) (5.735) 4.901	(21.017) (10.206) (2.949) 591 (353)	(1.401) (5.479) (690) 182 9.031	(32.839) (15.604) (5.810) (5.144) (6.526)	(21.642) (5.398) (2.862) (5.735) (7.963)	(10.509) (10.206) (2.949) 591 (4.985)	(6.762) (5.479) (690) 182 (1.006)	(32.839) - - - (42)	(21.642) - - - (3.806)	(10.509) - - - 4.120	(6.762) - - - -
Total provisão para passivo descoberto			135.556	234.376	(98.820)	(52.377)	(33.934)	1.643	(65.923)	(43.600)	(28.058)	(13.755)	(32.881)	(25.448)	(6.389)	(6.762)
Total equivalência patrimonial								_			(25.228)	165.890			19.263	7.370

- (a) Em outubro de 2014, a controlada Shertis, cujo único ativo consistia na participação acionária de 20% na coligada AUSA, foi incorporada pela Companhia. Deste modo, a controladora passou a deter 30% da participação de
- (b) Entidades controladas em conjunto.
- (c) Entidades reclassificadas da SCP para a controladora (vide item (e), em função da liquidação das obrigações previstas em contrato e sua extinção (Nota 15).
- (d) A Companhia registrou o montante de R\$6.053 no resultado de equivalência patrimonial do exercício de 2014 referente ao reconhecimento, por entidades controladas em conjunto, de ajustes em exercício anterior, em conformidade com o ICPC09 (R2) Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.
- (e) Encargos financeiros da controladora não apropriados ao resultado das controladas, conforme parágrafo 6 do OCPC01.
- (f) Em reunião de sócios realizada em 3 de fevereiro de 2014, foi deliberada a redução de capital da Sociedade em Conta de Participação ("SCP") em R\$100.000 de quotas Classe B, cumprindo assim todas as obrigações previstas em contrato, e procedendo à extinção da mesma.
- (g) Em 21 de novembro de 2014, a Companhia adquiriu a parcela remanescente da Cipesa Empreendimentos Imobiliários no montante de R\$6.354. Em decorrência desta operação, a Companhia registrou um efeito líquido da baixa do ágio, no montante de R\$17.604 (Nota 11).
- (h) Valor referente ao complemento de remensuração da parcela do investimento remanescente de 30% na coligada AUSA, no montante de R\$375.853. O aumento apresentado na controladora no exercício de 2014 refere-se à incorporação da controlada Shertis, conforme item (a).
- (i) A provisão para passivo a descoberto está registrada na rubrica "Outras obrigações" (Nota 16).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 9. Investimentos em controladas--Continuação

### (b) Movimentação dos investimentos

		Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013 Equivalência patrimonial Integralização (redução) de capital Efeito reflexo do programa de recompra de ações em tesouraria de Gafisa por Tenda	(0)	2.679.833 2.830 18.047 39.132	1.120.076 25.652 5.466
Resoate de acões de controladas e reclassificação de investimentos da SCP	(a) (b)	290.920	-
Reclassificação de investimento da Shertis devido por incorporação	(D)	90.954	-
Dividendos a receber		(44.775)	(49.849)
Usufruto de ações (dividendos pagos) (nota 15)		(11.500)	-
Realização mais valia de estoques		(15.017)	-
Baixa ágio Cipesa	(c)	(17.604)	-
Aquisição/venda de participação		(5.748)	(5.748)
Efeito na mudança de critério de consolidação por aquisição ou venda de participação		-	(104.008)
Outros Investimentos	_	(4.463)	(23.196)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	_	3.022.609	968.393

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a controlada Tenda adquiriu 7.000.000 ações no montante total de R\$22.728. Adicionalmente, em 28 de novembro de 2014, a Companhia efetuou a recompra de 25.500.000 ações adquiridas originalmente por Tenda no montante de R\$61.860, apresentando um efeito líquido de R\$ 39.132 (nota 19.1).
Refere-se ao montante líquido do resgate de ações de controlada da Companhia em (R\$100.000) e da reclassificação devido à extinção da SCP e transferências de saldos das contas patrimoniais dos investimentos para a controladora no montante de R\$390.920 (nota 15(a)).

Em 21 de novembro de 2014, a Companhia adquirilu a parcela remanescente da Cipesa Empreendimentos Imobiliários junto à C. Engenharia S.A. no montante de R\$6.354. Em decorrência desta operação, a Companhia registrou um efeito líquido da baixa do ágio originário da parcela adquirida em 2007 (Nota 11).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10. Imobilizado

			Cor	ntroladora				Consolidad	lo	
				Itens 100%					Itens 100%	
Descrição	2013	Adições	Baixas	depreciados	2014	2013	Adições	Baixas	depreciados	2014
Custo										
Hardware	18.100	2.901	-	(9.269)	11.732	32.722	4.177	-	(14.566)	22.333
Veículos	-	-	-	-	-	979	-	-	(979)	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	8.545	5.078	-	(4.574)	9.049	34.256	6.697	(3.187)	(13.250)	24.516
Móveis e utensílios	1.717	168	(246)	(960)	679	5.764	1.268	(468)	(1.111)	5.453
Máquinas e equipamentos	2.637	3	-	-	2.640	3.836	804	(616)	(4)	4.020
Fôrmas	-	-	-	-	-	8.130	10.035	-	(8.130)	10.035
Estande de vendas	139.758	15.828	(1.283)	(142.522)	11.781	203.236	19.327	(3.379)	(204.101)	15.083
	170.757	23.978	(1.529)	(157.325)	35.881	288.923	42.308	(7.650)	(242.141)	81.440
Depreciação acumulada										
Hardware	(13,177)	(2.140)		9.269	(6.047)	(21.820)	(4.203)	-	14.566	(11.457)
Veículos	-	-		_		(979)	-	-	979	` '
Benfeitorias em imóveis de terceiros e instalações	(6.804)	(1.940)	-	4.574	(4.171)	(21.499)	(5.721)	1.745	13.250	(12.225)
Móveis e utensílios	(1.360)	(64)	246	960	(218)	(3.662)	(565)	1	1.111	(3.115)
Máquinas e equipamentos	(817)	(263)	-	-	(1.080)	(1.104)	(398)	-	4	(1.498)
Fôrmas			-	-	-	(6.945)	(2.605)	505	8.130	(915)
Estande de vendas	(136.360)	(9.681)	1.283	142.522	(2.236)	(196.529)	(14.481)	3.370	204.101	(3.539)
	(158.518)	(14.088)	1.529	157.325	(13.752)	(252.538)	(27.973)	5.621	242.141	(32.749)
	12.239	9.890	-	=	22.129	36.385	14.335	(2.029)		48.691

As seguintes vidas úteis e taxas percentuais são utilizadas para cálculo da depreciação:

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4 anos	25
Móveis e utensílios	10 anos	10
Hardware	5 anos	20
Máquinas e equipamentos	10 anos	10
Veículos	5 anos	20
Fôrmas	5 anos	20
Estande de vendas	1 ano	100

## 11. Intangível

	Controladora							
	2013				2014			
				Itens 100%				
	Saldo	Adições	Baixas/ amortizações	amortizados	Saldo			
Software - Custo	80.406	10.909	-	14.780	76.535			
Software – Depreciação	(42.787)	(14.616)	(14.616)	(14.780)	(42.624)			
Outros	8.404	2.320	(5.929)	(	4.796			
	46.023	(1.387)	(20.545)	-	38.707			
			Consolidado					
	2013				2014			
	-			Itens 100%				
	Saldo	Adições	Baixas/ amortizações	amortizados	Saldo			
Ágios	-	-	-					
AŪSA	25.476		-	-	25.476			
Cipesa (Nota 9)	40.687	-	-	-	40.687			
Provisão para perda na realização (Nota 9)	(23.083)	-	(17.604)	-	(40.687)			
	43.080	-	(17.604)	-	25.476			
Software - Custo	104.625	13.389	(1.158)	(15.275)	101.581			
Software - Depreciação	(54.708)	-	(19.122)	15.275	(58.555)			
Outros	13.343	2.695	(7.637)		8.401			
	63.260	16.084	(27.917)	=	51.427			
	106.340	16.084	(45.521)	-	76.903			

Outros intangíveis referem-se aos gastos com aquisição e implantação de sistemas de informação e licenças para utilização de software, amortizado no prazo de cinco anos (20% ao ano).

O ágio é decorrente da diferença entre o valor de aquisição e o do patrimônio líquido das empresas adquiridas, apuradas nas datas de aquisição, e estão fundamentados na expectativa de rentabilidade futura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Intangível--Continuação

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", por meio de modelos de fluxo de caixa descontados de unidades geradoras de caixa. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxa de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimento e capital de giro futuros e taxa de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital. De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos e, a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue: a) receitas - as receitas foram projetadas entre 2015 e 2019 considerando o crescimento das vendas e da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa: b) custos e despesas operacionais - os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas. As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico dos últimos 5 anos da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro. O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia resultou na necessidade de reconhecimento de provisão para perda na realização ("impairment") do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$17.604 (R\$963 em 2013) referente ao ágio na aquisição da Cipesa.

### 12. Empréstimos e financiamentos

			Controlac	lora	Consolidado		
Tipo de operação	Vencimento	Taxa de juros ao ano	2014	2013	2014	2013	
Sistema Financeiro de Habitação - SFH /SFI (i)	Janeiro de 2015 a Dezembro de 2018	8,30% a 11,00% + TR 117% do CDI 12,87% Pré 117.9% do CDI	925.163	699.131	1.128.514	1.088.258	
Cédula de Crédito Bancário - CCB (ii)	Junho de 2015 a Julho de 2017		268.911 1.194.074	550.053 1.249.184	268.911 1.397.425	550.052 1.638.310	
Circulante Não circulante		=	443.802 750.272	376.047 873.137	550.058 847.367	590.386 1.047.924	

(i) Os financiamentos SFH são contratados para a cobertura dos custos relacionados ao desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários da Companhia e suas controladas e contam com garantia real pela hipoteca de primeiro grau dos empreendimentos imobiliários e pela cessão fiduciária ou penhor de seus recebíveis.

Em 29 de setembro de 2014, a Companhia contratou operação de crédito para Construção de Empreendimento Imobiliário no montante de R\$194.000, com vencimento final em 08 de outubro de 2018, contando com garantia real representada pela hipoteca de primeiro grau de empreendimentos imobiliários selecionados da Companhia e pela cessão fiduciária de recebíveis imobiliários de empreendimentos selecionados. O referido contrato conta com cláusulas que restringem a habilidade na tomada de algumas ações, e pode requerer o vencimento antecipado em caso de descumprimento destas clausulas. Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia está adimplente com suas obrigações contratuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 12. Empréstimos e financiamentos—Continuação

(ii) Em 29 de setembro de 2014, a Companhia quitou antecipadamente o montante de R\$66.000 referente ao saldo devedor da Cédula de Crédito Bancário (CCB) com garantia real para fins imobiliários com vencimento final em 02 de maio de 2016, desobrigando a Companhia de todos os compromissos assumidos neste contrato a partir desta data.

#### Índices

- Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
- TR Taxa Referencial (TR).

As parcelas circulantes e não circulantes têm os seguintes vencimentos:

	Controla	dora	Consolidado			
Vencimento	2014	2013	2014	2013		
2014	-	376.047	_	590.386		
2015	443.802	489.889	550.058	642.328		
2016	431.312	275.118	506.207	296.464		
2017	235.752	106.898	252.605	107.901		
2018	83.208	1.232	88.555	1.231		
_	1.194.074	1.249.184	1.397.425	1.638.310		

A Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas em alguns empréstimos e financiamentos que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, como a emissão de novas dívidas e pode requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento de empréstimos se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas. Os índices e os montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão apresentados na Nota 13.

As despesas financeiras de empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 13) são capitalizadas ao custo de construção de empreendimentos e terrenos, de acordo com a utilização dos recursos, e apropriadas ao resultado do exercício na proporção das unidades vendidas, conforme abaixo demonstrado. A taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegível à capitalização foi de 10,95% a 12,24% em 31 de dezembro de 2014 (9,14 a 10,14% em 2013).

A tabela abaixo apresenta resumo das despesas e encargos financeiros e a parcela capitalizada na rubrica imóveis a comercializar.

	Controladora		Consolida	do
<u> </u>	2014	2013	2014	2013
Total dos encargos financeiros no exercício Encargos financeiros capitalizados	283.130 (186.058)	243.504 (88.931)	354.968 (233.905)	309.006 (132.183)
Despesas financeiras (Nota 25)	97.072	154.573	121.063	176.823
Encargos financeiros incluídos na rubrica "Imóveis a comercializar":				
Saldo inicial Encargos financeiros capitalizados Encargos apropriados ao resultado (Nota 24)	142.860 186.058 (107.959)	135.582 88.931 (81.653)	214.298 233.905 (171.590)	239.327 132.183 (157.212)
Saldo final (Nota 6)	220.959	142.860	276.613	214.298

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

#### 13. Debêntures

				Controlado	ora	Consolida	do
Programa/emissões	Principal - R\$	Remuneração anual	Vencimento final	2014	2013	2014	2013
Sexta emissão (i)	100.000	CDI + 1,30%	Junho de 2014	-	151.513	-	151.513
Sétima emissão (ii)	525.000	TR + 9,8205%	Dezembro de 2017	502.033	551.855	502.033	551.855
Oitava emissão/primeira série (iii)	144.214	CDI + 1,95%	Outubro de 2015	147.640	294.073	147.640	294.073
Oitava emissão/segunda série (iv)	11.573	IPCA + 7,96%	Outubro de 2016	15.185	14.216	15.185	14.216
Nona emissão (v)	130.000	CDI + 1,90%	Julho de 2018	134.624	-	134.624	-
Primeira emissão (Tenda) (vi)	380.000	TR + 9,25%	Outubro de 2016	-	-	389.617	409.561
				799.482	1.011.657	1.189.099	1.421.218
Parcela circulante				314.770	354.271	504.387	563.832
Parcela não circulante				484.712	657.386	684.712	857.386

- (i) Em 02 de junho de 2014, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$158.969 sendo R\$100.000 referente ao Valor Nominal da Emissão e R\$58.969 referente à remuneração devida, liquidando, com isso, todas as obrigações de sua 6ª Emissão de Debêntures.
- (ii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou pagamento no montante total de R\$107.075, sendo R\$50.000 referente ao Valor Nominal da Emissão e R\$57.075 referente à remuneração devida.
- (iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou pagamento no montante total de R\$179.356, sendo R\$144.214 referente ao Valor Nominal da Emissão e R\$35.142 referente à remuneração devida.
- (iv) Em 15 de outubro de 2014, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$1.176 referente à remuneração devida desta emissão.
- (v) Em 22 de julho de 2014, a Companhia aprovou a nona emissão de debêntures, privada, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real em série única no montante de R\$130.000, completamente integralizada em 28 de julho de 2014 com vencimento final em 27 de julho de 2018. Os recursos levantados na emissão serão utilizados no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários selecionados e suas garantias reais são representadas pela cessão fiduciária dos recebíveis imobiliários e pela hipoteca dos imóveis dos empreendimentos em questão. Sobre o valor nominal da Emissão incidirá juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada do DI acrescido de um spread equivalente a 1,90%a.a.. A presente emissão foi objeto de cessão à Companhia securitizadora pelos seus debenturistas, que posteriormente emitiu Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI). Nesta mesma data, a Companhia contratou operação de swap de taxas de juros de forma a mitigar sua exposição ao índice em questão, conforme detalhado na Nota 21.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 13. Debêntures--Continuação

(vi) Em 28 de março de 2014, foi aprovada a postergação parcial do pagamento da quarta parcela do valor nominal desta emissão, no montante de R\$90.000 para o vencimento de 01 de maio de 2014, ficando para o vencimento original em 01 de abril de 2014, o montante de R\$10.000. Em 17 de abril de 2014, a totalidade dos debenturistas da 1ª emissão da controlada Tenda aprovaram, por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: (a) a alteração no cronograma de vencimentos da emissão que passou a viger com os seguintes montantes e vencimentos: (i) R\$10.000 em 01 de abril de 2014, (ii) R\$10.000 em 01 de outubro de 2014, (iii) R\$80.000 em 01 de abril de 2015, (iv) R\$100.000 em 01 de outubro de 2015, (v) R\$100.000 em 01 de abril de 2016, (vi) R\$100.000 em 01 de outubro de 2016; (b) redução do Percentual Garantido, para 130% de Recebíveis Elegíveis: (c) redução para três meses o período de retenção dos valores na Conta Centralizadora previamente a cada vencimento de parcelas de amortização e/ou remuneração; (d) alteração na definição "Crédito Associativo" da Escritura; (e) permissão para a desvinculação de Recebíveis em caso de excesso de garantia; (f) exclusão da possibilidade de resgate antecipado e/ou amortização antecipada das Debêntures. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou o pagamento no montante total de R\$58.849, sendo R\$20.000 referente ao Valor Nominal da Emissão e R\$38.948 referente à remuneração devida.

As parcelas circulantes e não circulantes têm os seguintes vencimentos.

	Controlac	lora	Consolida	ido	
Vencimento	2014	2013	2014	2013	
2014	-	354.271	-	563.832	
2015	314.770	299.093	504.387	499.093	
2016	175.778	158.292	375.778	158.292	
2017	244.690	200.001	244.690	200.001	
2018	64.244		64.244	-	
	799.482	1.011.657	1.189.099	1.421.218	

Conforme mencionado na Nota 4.2, em 31 de dezembro de 2014, o saldo de aplicações financeiras caucionadas em fundos de investimentos no montante de R\$98.828 (R\$74.305 em 2013) na controladora e R\$104.039 (R\$105.380 em 2013) no consolidado, encontra-se caucionado como parte do cômputo de garantia das debêntures da 1ª emissão da controlada Tenda e da 7ª emissão da Companhia.

A Companhia e suas controladas possuem cláusulas restritivas em alguns empréstimos e financiamentos e debêntures que restringem a habilidade na tomada de determinadas ações, como a emissão de novas dívidas e pode requerer o vencimento antecipado ou o refinanciamento de empréstimos se a Companhia não cumprir com essas cláusulas restritivas. Os índices e os montantes mínimos e máximos requeridos por essas cláusulas restritivas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 13. Debêntures--Continuação

	2014	2013
Sétima emissão Total de contas a receber mais estoques deve ser menor que zero ou maior que 2,0 vezes a dívida líquida menos dívida de projetos <sup>(3)</sup> Dívida total, menos dívida de projetos <sup>(3)</sup> , menos disponibilidades <sup>(1)</sup> , não deve exceder	-9,33 vezes	-6,21 vezes
a 75% do patrimônio líquido mais participações de acionistas não controladores  Total de recebíveis mais receita a apropriar mais total de estoques concluidos deve ser maior que 1,5 vezes a dívida líquida mais imóveis a pagar mais custo a apropriar	-19,32% 2,10 vezes	-31,6% 2,79 vezes
аргорпал	2,10 Vezes	2,79 Vezes
Oitava emissão - Primeira e segunda séries e dos empréstimos e financiamentos		
Total de contas a receber mais estoques de unidades concluídas deve ser menor que zero ou maior que 2,0 vezes a dívida líquida menos dívida de projetos Dívida total, menos dívida de projetos, menos disponibilidades <sup>(1)</sup> , não deve exceder	-5,32 vezes	-4,31 vezes
75% do patrimônio líquido mais participações de acionistas não controladores	-19,32%	-31,6%
Nona emissão Total de contas a receber mais total de estoques deve ser menor que zero ou maior		
que 2,0 vezes a dívida líquida	3,86 vezes	n/a
Dívida líquida não deve exceder 100% do patrimônio líquido mais participações de acionistas não controladores	46,73%	n/a
	2014	2013
Primeira emissão – Tenda  Total de contas a receber mais estoques deve ser igual ou maior que 2,0 vezes a dívida líquida menos dívida com garantia real <sup>(3)</sup> ou menor que zero, sendo TR <sup>(4)</sup>		
mais TE <sup>(5)</sup> sempre maior que zero.	-2,75 vezes	-2,49 vezes
Dívida liquida menos dívida com garantia real <sup>(3)</sup> não deve exceder a 50% do patrimônio líquido.	-46,72%	-56,97%
Total de recebíveis mais receita a apropriar mais total de estoques concluídos deve ser maior que 1,5 vezes a dívida líquida mais imóveis a pagar mais custo a apropriar, ou menor que zero	2,89 vezes	56,85 vezes
(1)		

## 14. Obrigações com cessão de créditos

As operações da Companhia de cessão de carteira de recebíveis, descritas nas Notas 5(i) a 5(viii) estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolida	ado
	2014	2013	2014	2013
Cessão de direitos creditórios:				
Obrigação CCI jun/09 - Nota 5(i)	_	-	-	12,295
Obrigação CCI jun/11 - Nota 5(ii)	5.678	13.407	8.851	17.146
Obrigação CCI dez/11 - Nota 5(iii)	2.897	5.654	3.985	13.686
Obrigação CCI jul/12 - Nota 5(iv)	1.483	2.578	1.483	2.578
Obrigação CCI nov/12 - Nota 5(v) (a)	-	-	6.151	10.639
Obrigação CCI dez/12 - Nota 5(vi)	8.604	35.831	8.604	35.831
Obrigação CCI nov/13 - Nota 5(vii)	3.451	5.675	9.459	17.154
Obrigação CCI nov/14 - Nota 5(viii)	9.407	-	11.513	-
Obrigação FIDC – (b)	2.976	5.337	6.083	6.381
Outros	-	5.719	-	4.187
	34.496	74.201	56.129	119.897
Circulante	14.128	50.184	24.135	82.787
Não circulante	20.368	24.017	31.994	37.110

apropriar, our mentor que zero 2,69 vezes 56,65 vezes

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 14. Obrigações com cessão de créditos--Continuação

Para as transações acima, com exceção do item (a), a cedente tem como obrigação a completa formalização dos instrumentos de garantia dos recebíveis em favor do cessionário. Até o integral cumprimento desta, estes valores estarão classificados em conta específica do passivo circulante e não circulante.

A obrigação do item (a), é garantida por emissão de CRI Subordinado limitado a 4% do valor da emissão, não tendo qualquer direito de regresso acima deste limite.

(b) Em 28 de maio de 2013, a Companhia liquidou as obrigações do Gafisa FIDC. A Companhia possuía obrigações de constituição de garantias em favor do cessionário o qual foram mantidas junto ao sucessor do Gafisa FIDC. Até o integral cumprimento desta, estes valores estarão classificados em conta especifica do passivo circulante e não circulante.

### 15. Obrigações com investidores

	Controladora		Consolidad	io
	2014	2013	2014	2013
Obrigações com investidores (a)		100.000	_	103.814
Usufruto de ações (b)	10.794	19.536	11.030	19.866
	10.794	119.536	11.030	123.680
Circulante	6.081	108.742	6.317	112.886
Não circulante	4.713	10.794	4.713	10.794

As parcelas circulantes e não circulantes têm os seguintes vencimentos:

Controladora		Consoli	dado
2014	2013	2014	2013
-	108.742	-	112.886
6.081	6.080	6.317	6.080
3.573	3.574	3.573	3.574
1.140	1.140	1.140	1.140
10.794	119.536	11.030	123.680
	2014 - 6.081 3.573 1.140	2014         2013           -         108.742           6.081         6.080           3.573         3.574           1.140         1.140	- 108.742 6.081 6.080 6.317 3.573 3.574 3.573 1.140 1.140

<sup>(</sup>a) Na controladora, em janeiro de 2008, a Companhia constituiu uma Sociedade em Conta de Participação ("SCP"), com o objeto principal de participação em outras sociedades, que por sua vez, tinham como objeto social o desenvolvimento e a realização de empreendimentos imobiliários. Em reunião de sócios realizada em 3 de fevereiro de 2014, foi deliberada a redução de capital da SCP em R\$100.000 de quotas Classe B e, em decorrência desta deliberação, a SCP efetuou o pagamento no montante de R\$100.000 aos sócios detentores destas quotas e R\$4.742 referente ao dividendo mínimo obrigatório, cumprindo assim todas as obrigações previstas em contrato, com a posterior extinção da SCP criada para este fim.

<sup>(</sup>b) A Companhia celebrou, em junho de 2011, instrumento particular de constituição de usufruto oneroso sobre 100% das ações preferenciais da SPE-89 Empreendimentos Imobiliários S.A., pelo prazo de seis anos, com captação de R\$45.000. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante total de dividendos pagos aos sócios detentores das ações preferenciais pela SPE-89 Empreendimentos Imobiliários S.A. foi de R\$11.500 (Nota 9).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16. Outras obrigações

	Controladora			Consolidado
	2014	2013	2014	2013
Aguisição de participações	_	5.102	2.395	5.102
Provisão para multa sobre atraso de obras	3.541	6.873	7.663	14.530
Distratos a pagar	10.557	9.457	27.607	38.901
Provisão para garantia	30.858	23.087	52.167	53.006
PIS e COFINS (diferidos e a recolher)	9.507	24.841	14.163	40.461
Provisão para passivo a descoberto (Nota 9)	65.923	43.600	32.882	25.448
Fornecedores longo prazo	6.158	14.754	12.117	29.780
Outros passivos	19.185	11.733	39.446	39.386
	145.729	139.447	188.440	246.614
Circulante	128.567	101.296	157.896	176.740
Não circulante	17.162	38.151	30.544	69.874

### 17. Provisões para demandas judiciais e compromissos

A Companhia e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as pendências em curso. A Companhia não espera reembolsos em conexão com o resultado desses processos.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as movimentações na provisão estão sumarizadas a seguir:

Controladora	Processos cíveis (i)	Processos tributários (ii)	Processos trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	109.585	372	18.410	128.367
Complemento de provisão (Nota 24)	41.146	(117)	22.613	63.642
Pagamentos e reversão de provisão não utilizada	(42.859)	(92)	(9.459)	(52.410)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	107.872	163	31.564	139.599
Complemento de provisão (Nota 24)	35.836	252	24.133	60.221
Pagamentos e reversão de provisão não utilizada	(19.533)	(197)	(10.250)	(29.980)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	124.175	218	45.447	169.840
Circulante	91.665	218	11.151	103.034
Não circulante	32.510	-	34.296	66.806
Consolidado	Processos cíveis (i)	Processos tributários (ii)	Processos trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012	138.615	14.670	55.075	208.360
Complemento de provisão (Nota 24)	48.692	-	29.710	78.402
Pagamentos e reversão de provisão não utilizada	(52.824)	(14.497)	(21.513)	(88.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	134.483	173	63.272	197.928
Complemento de provisão (Nota 24)	65.699	600	46.765	113.064
Pagamentos e reversão de provisão não utilizada	(42.340)	(359)	(28.719)	(71.418)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	157.842	414	81.318	239.574
Circulante Não circulante	91.665 66.177	218 196	11.151 70.167	103.034 136.540

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Provisões para demandas judiciais e compromissos--Continuação

(a) Processos cíveis, tributários e trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas mantinham depositado em juízo o montante de R\$123.510 (R\$95.343 em 2013) na controladora, e R\$154.939 (R\$127.405 em 2013) no consolidado (Nota 7) para fazer face a processos cíveis (R\$88.378 na controladora e R\$106.731 no consolidado); trabalhistas (R\$22.821 na controladora e R\$35.858 no consolidado) e tributários (R\$12.311 na controladora e R\$12.350 no consolidado) mencionados anteriormente.

(i) Em 31 de dezembro de 2014, as provisões de processos cíveis incluem R\$65.016 (R\$67.480 em 2013) referentes a processos judiciais, nos quais a Companhia foi incluída no polo passivo para responder patrimonialmente por cobranças de dívidas judiciais e extrajudiciais em que a devedora original é uma antiga acionista da Companhia, a Cimob Companhia Imobiliária ("Cimob"), ou envolvem outras sociedades do mesmo grupo econômico da Cimob. Nestas ações, o demandante alega que a Companhia deveria responder por dívidas da Cimob, por entender que estariam presentes os requisitos para desconsideração inversa da personalidade jurídica da Cimob para atingir a Companhia (sucessão empresarial, confusão patrimonial e/ou formação de um mesmo grupo econômico envolvendo a Companhia e o Grupo Cimob). Adicionalmente, há depósito judicial no montante de R\$62.381 (R\$48.823 em 2013) referente a estes processos.

A Companhia não concorda com os fundamentos pelos quais vem sendo incluída nessas ações e permanece discutindo judicialmente a sua responsabilização patrimonial por dívidas de empresa terceira, assim como o valor de cobrança apresentado pelos demandantes. A Companhia já obteve decisões favoráveis e desfavoráveis com relação ao tema, razão pela qual não é possível prever um resultado uniforme para todas as ações. A Companhia também busca em ação proposta contra a Cimob e seus antigos e atuais controladores o reconhecimento de que não deve ser responsabilizada por dívidas daquela empresa, bem como a reparação dos valores já pagos pela Companhia em ações que cobram dívidas devidas apenas pela Cimob.

(ii) A ex-controlada AUSA, hoje coligada, é parte em processos judiciais e administrativos relativos à incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre duas importações de aeronaves efetuadas, respectivamente, em 2001 e 2005, por meio de contratos de arrendamento mercantil sem opção de compra. A probabilidade de perda no caso do ICMS foi revista e estimada pelos advogados responsáveis como possível.

Conforme negociação de venda de participação majoritária de 70% da AUSA à Private Equity AE Investimentos e Participações S.A., ficou acordado no contrato de compra e venda que a Companhia assumiria a custa do processo em eventual condenação. O montante de contingência estimada pelo assessor jurídico como possível, totaliza R\$16.638 em 31 de dezembro de 2014 (R\$15.925 em 2013, classificado com probabilidade de perda provável na AUSA).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 17. Provisões para demandas judiciais e compromissos--Continuação

#### (iii) Risco ambiental

Há uma diversidade de legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Estas leis ambientais podem resultar em atrasos para a Companhia na adequação da conformidade e outros custos, e impedir ou restringir empreendimentos. Antes da aquisição de um terreno, a Companhia efetua a análise de todos os assuntos ambientais necessários e aplicáveis, incluindo a possível existência de materiais perigosos ou tóxicos, substância residual, árvores, vegetação e a proximidade de um terreno para áreas de preservação permanente. Assim, antes da aquisição de um terreno, a Companhia obtém todas as aprovações governamentais, incluindo licenças ambientais e autorização de construção.

Adicionalmente, a legislação ambiental estabelece sanções criminais, cíveis e administrativas para indivíduos e entidades legais para atividades consideradas como infrações ou delitos ambientais. As penalidades incluem suspensão das atividades de desenvolvimento, perdas de benefícios fiscais, reclusão e multa. Os processos em discussão pela Companhia na esfera cível estão classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível no montante de R\$11.987 na controladora e R\$13.734 no consolidado.

### (iv) Demandas judiciais com probabilidade de perda possível

A Companhia e suas controladas tem conhecimento, em 31 de dezembro de 2014, de outros processos e riscos cíveis, trabalhistas e tributários. Com base no histórico dos processos prováveis e análise específica das causas principais, a mensuração das demandas com probabilidade de perda estimada como possível foi de R\$561.056 (R\$435.046 em 2013), baseado na média histórica de acompanhamento dos processos ajustada a estimativas atuais, para os quais a Administração da Companhia entende não ser necessária a constituição de provisão para eventuais perdas. A variação no período deve-se ao maior volume de processos com valores pulverizados e à revisão dos valores envolvidos.

	Controladora	3	Consolidad	lo
	2014	2013	2014	2013
Processos cíveis	233.371	64.026	441.083	331.976
Processos tributários	38.053	39.248	53.586	45.413
Processos trabalhistas	42.355	36.227	66.387	57.657
	313.779	139.501	561.056	435.046

#### (b) Compromissos relacionados com a conclusão dos empreendimentos imobiliários

A Companhia assume o compromisso de concluir as unidades vendidas, assim como atender às leis que regem o setor da construção civil, incluindo a obtenção de licenças das autoridades competentes e prazos para início e entrega dos empreendimentos sujeita a penalidades legais e contratuais.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras caucionadas que serão liberadas à medida que atingir os índices de garantia descritos na Nota 4.2, que incluem ainda, terrenos e recebíveis dados em garantia para a formação dos 120% do saldo devedor da dívida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 17. Provisões para demandas judiciais e compromissos--Continuação

### (c) Outros compromissos

Além dos compromissos mencionados nas Notas 6, 12 e 13, a Companhia possui compromissos relacionados à locação de 28 imóveis onde se situam suas instalações, sendo o custo mensal de R\$1.078 reajustado pela variação de IGP-M/FGV. O prazo de locação é de um a dez anos e há multa no caso de rescisão correspondente ao valor de três meses de aluguel ou proporcional ao tempo de término de contrato.

### 18. Obrigações por compra de imóveis e adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolida	ado
	2014	2013	2014	2013
Obrigações por compra de imóveis	127,123	115.397	331.436	262.902
Ajuste a valor presente (Nota 6) Adiantamentos de clientes	(5.077)	(873)	(5.619)	(873)
Incorporações e serviços - Nota 5	12.939	39.868	21.236	48.220
Permuta física - Terrenos (Nota 6)	168.028	165.703	244.689	178.100
	303.013	320.095	591.742	488.349
Circulante	228.991	284.366	490.605	408.374
Não circulante	74.022	35.729	101.137	79.975

### 19. Patrimônio líquido

### 19.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital social autorizado e integralizado da Companhia era de R\$2.740.662, representado por 408.066.162 (435.559.201 em 2013) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 29.881.286 (19.099.486 em 2013) eram mantidas em tesouraria.

De acordo com o Estatuto Social, o capital social da Companhia poderá ser aumentado independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão, até o limite de 600.000.000 (seiscentos milhões) de ações ordinárias.

Em 26 de fevereiro de 2014, foi aprovado pelo Conselho de Administração da controlada Tenda o encerramento do programa de recompra de ações ordinárias de emissão de Gafisa aprovado em 9 de dezembro de 2013, para manutenção em tesouraria e posterior alienação. Durante o período do programa, houve a aquisição no mercado de 7.000.000 ações no montante total de R\$22.728.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 19. Patrimônio líquido--Continuação

#### 19.1. Capital social -- Continuação

Nesta mesma data, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento com limite de aquisição de 17.456.434 ações a ser executado em até 365 dias. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, houve a aquisição da totalidade de ações do programa no montante total de R\$52.097. Adicionalmente, a Companhia transferiu 5.463.395 ações no montante total de R\$17.583 referente ao exercício de opções do programa de compra de ações ordinárias pelos beneficiários, pelas quais recebeu o montante total de R\$6.921.

Em 18 de novembro de 2014, a Companhia aprovou o cancelamento de 11.993.039 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, sem redução de capital social, e encerrou o programa de recompras iniciado em 26 de fevereiro de 2014 devido à aquisição da totalidade de ações do programa. Nesta mesma data, observada a aprovação concedida pela CVM, autorizou a aquisição privada para manutenção em tesouraria das 25.500.000 ações de emissão da Companhia adquiridas originalmente pela Tenda, a qual foi liquidada em 28 de novembro de 2014 pelo montante de R\$61.860.

Adicionalmente, nesta mesma data, foi aprovada a criação de um novo programa de recompras de ações de emissão da Companhia para permanência em tesouria e posterior alienação ou cancelamento, por um prazo de 365 dias, até o limite de 16.257.130 ações, o qual foi aditado em 3 de dezembro de modo a permitir a aquisição adicional de 13.950.000 ações, totalizando o limite de 30.207.130 ações. Em 3 de dezembro de 2014, foi deliberado o cancelamento de 15.500.000 ações ordinárias de emissão da Companhia mantidas em tesouraria, sem redução do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia adquiriu 19.281.800 ações no âmbito do programa de recompra aprovado em 18 de novembro de 2014, pelo montante de R\$40.440.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Patrimônio líquido--Continuação

### 19.1. Capital social -- Continuação

Tipo espécie	GFSA3	R\$	%	R\$ mil	R\$ mil
Data de aquisição	Quantidade	Preço médio ponderado	% - Sobre ações em circulação	Valor de mercado (*)	Valor contábil
20/11/2001	599.486	2,8880	0,14%	1.319	1.731
1º trimestre de 2013	1.000.000	4,3316	0,23%	2.200	4.336
2º trimestre de 2013	9.000.000	3,9551	2,07%	19.800	35.634
4º trimestre de 2013	8.500.000	3,6865	1,95%	18.700	31.369
1º trimestre de 2014	14.900.000	3,2297	3,42%	32.780	48.168
2º trimestre de 2014					
(transferências)	(4.169.157)	3,2168	-1,03%	(9.172)	(13.424)
2º trimestre de 2014 3º trimestre de 2014	1.000.000	3,1843	0,25%	2.200	3.187
(transferências)	(1.294.238)	3.2135	-0,30%	(2.847)	(4.159)
3º trimestre de 2014	752.900	2.9283	0,17%	1.656	2.206
4º trimestre de 2014	27.085.334	2,0956	6,64%	59.588	61.704
4º trimestre de 2014					
(cancelamentos)	(27.493.039)	3,3351	-6,74%	(60.485)	(91.693)
· · · · · · · · · · · ·	29.881.286	2.6458	6.80%	65.739	79.059

<sup>(\*)</sup> Valor de mercado calculado com base no preço de fechamento da ação em 31 de dezembro de 2014 (R\$2,20), não considerando o efeito de eventuais volatilidades.

Tipo espécie	GFSA3 ordinária	R\$	%	R\$ mil	R\$ mil
		Preço médio	% - Sobre ações em	Valor de mercado	
Data de aquisição	Quantidade	ponderado	circulação	(*)	Valor contábil
20/11/2001	599.486	2,8880	0,14%	2.116	1.731
1º trimestre de 2013	1.000.000	4,3316	0,23%	3.530	4.336
2º trimestre de 2013	9.000.000	3,9551	2,07%	31.770	35.634
4º trimestre de 2013	8.500.000	3,6865	1,95%	30.005	31.369
_	19.099.486	3,8258	4,39%	67.421	73.070

<sup>(\*)</sup> Valor de mercado calculado com base no preço de fechamento da ação em 31 de dezembro de 2013 (R\$3,53), não considerando o efeito de

A Companhia mantém as ações em tesouraria adquiridas em 2001 em função de garantia para execução de ações judiciais (Nota 17(a)(i)).

Durante o exercício de 2013, foi aprovado aumento do capital social no montante de R\$4.868, com emissão de 2.329.422 novas ações ordinárias.

A mutação do número de ações em circulação é conforme segue:

	Ações ordinárias - Em milhares
Ações em circulação em 31 de dezembro de 2012	432.629
Exercício de opção de compra de ações	2.330
Recompra de ações em tesouraria	(18.500)
Ações em circulação em 31 de dezembro de 2013	416.459
Recompra de ações em tesouraria	(43.738)
Transferência referente programa de compra de ações	5.463
Ações em circulação em 31 de dezembro de 2014	378.184
Média ponderada das ações em circulação	401.905

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 19. Patrimônio líquido--Continuação

### 19.2. Destinações do resultado do exercício

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, o lucro do exercício tem a seguinte destinação, após dedução de eventuais prejuízos acumulados e provisão para imposto de renda: (i) 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado ou quando o saldo da reserva legal acrescido das reservas de capital exceder 30% do capital social; (ii) 25% do saldo remanescente para pagamento de dividendos obrigatórios; e (iii) importância não superior a 71,25% para constituição de Reserva de Investimentos, com a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e suas controladas.

O Conselho de Administração, *ad referendum* da Assembléia Geral Ordinária apreciará as contas e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2014.

A destinação do lucro líquido do exercício de 2013 e a absorção do prejuízo do exercício de 2014 pela reserva de lucros, estão demonstradas a seguir:

Lucro líquido do exercício em 2013	867.443
(-) Absorção do saldo de prejuízo acumulado	(235.582)
(-) Reserva legal (5%)	(31.593)
(=) Base de cálculo	600.268
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	150.067
Juros sobre capital próprio declarados no exercício	130.192
(-) IRRF sobre os juros sobre capital próprio	(13.045)
Dividendo a declarar	32.920
Reserva de investimentos em 31 de dezembro de 2013	437.156
(-) Ações em tesouraria vendidas e canceladas (Nota 19.1)	(102.355)
Prejuízo líquido do exercício de 2014	(42.549)
Reserva de investimentos em 31 de dezembro de 2014	292.252

Em 12 de fevereiro de 2014, a Companhia efetuou a liquidação dos juros sobre o capital próprio no montante líquido de R\$117.122.

Em 11 de dezembro de 2014, a Companhia efetuou a liquidação dos dividendos obrigatórios declarados na AGO referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$32.920.

### 19.3. Programa de opção de compra de ações

As despesas com outorga de ações são registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" (Nota 24) e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 tiveram os seguintes efeitos no resultado:

	2014	2013	_
Gafisa Tenda	15.489 838	17.263 156	
	16.327	17.419	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 19. Patrimônio líquido--Continuação

### 19.3. Programa de opção de compra de ações--Continuação

#### (i) Gafisa

A Companhia possui, no total, cinco programas de opção de compra de ações ordinárias, lançados em 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014 que seguem as regras estabelecidas no Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia.

As opções outorgadas conferem aos seus titulares (beneficiários) o direito de subscrever ações ordinárias no capital social da Companhia, após períodos que variam entre um e cinco anos de permanência no quadro de funcionários da Companhia (condição essencial para o exercício da opção), e expiram após o período de dez anos da data da outorga.

As movimentações das opções em circulação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as quais incluem seus respectivos preços médios ponderados de exercício, estão apresentados a seguir:

	20	014	2013			
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício (Reais)	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício (Reais)		
Opções em circulação no início do exercício	11.908.128	1,47	9.742.400	1,32		
Opções outorgadas	4.361.763	1,93	5.383.627	1,86		
Opções exercidas (i)	(5.463.395)	1,26	(2.329.422)	2,09		
Opções expiradas	(748.518)	3,66	-	-		
Opções canceladas	(515.335)	0,04	(888.477)	0,39		
Opções em circulação no final do período	9.542.643	1,49	11.908.128	1,47		

<sup>(</sup>i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante recebido pelas opções exercidas foi de R\$6.921 (R\$4.867 em 2013).

As opções em circulação e as opções exercíveis em 31 de dezembro de 2014, são como segue:

Opções em circulação			Opções exercíveis			
	Média ponderada da vida contratual remanescente	Média ponderada do preço do	Número de	Média ponderada do preço do		
Número de opções	(anos)	exercício (R\$)	opções	exercício (R\$)		
9.542.643	4,09	1,49	1.178.113	2,53		

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia outorgou 4.361.763 opções em conexão com seus planos de opção de compra de ações ordinárias (5.383.627 opções outorgadas em 2013).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 19. Patrimônio líquido--Continuação

#### 19.3. Programa de opção de compra de ações -- Continuação

O valor justo das novas opções outorgadas totalizou R\$7.464 (R\$11.048 em 2013), o qual foi determinado com base nas seguintes premissas:

	2014	2013	3
Modelo de precificação	MonteCarlo	Binomial	MonteCarlo
	R\$3,13 tipo A e		
Preco de exercício das opcões (R\$)	R\$0,01 tipo B	R\$4,05	R\$4,08 e R\$0,01
Média ponderada do preço das opções (R\$)	R\$ 1,93	R\$4,05	R\$1,11
Volatilidade esperada (%) - (*)	55%	40%	40%
Prazo de vida esperado das opções (anos)	4,66 anos	12,43 anos	2,45 anos
Rendimento de dividendos (%)	1,90%	1,90%	1,90%
Taxa de juros livre de risco (%)	10,55%	7,23%	7,23%

<sup>(\*)</sup> A volatilidade foi determinada com base em análises de regressão da relação da volatilidade das ações da Gafisa S.A., com o índice do Ibovespa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou, na rubrica "Outras receitas e despesas, líquidas", despesas com o programa de opção de compra de ações da antiga controlada Alphaville Urbanismo S.A., no montante de R\$17.679 referente à atualização do saldo a pagar das opções exercidas, conforme contrato entre as partes (Nota 24).

#### (ii) Tenda

Em função da incorporação, por Gafisa, da totalidade das ações de emissão em circulação de Tenda, houve a transferência dos programas de opção de compra de ações emitidos pela Tenda para a controladora Gafisa, responsável pela emissão de ações. Em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$14.965 (R\$14.939 em 31 de dezembro de 2013), referente à reserva de outorga de opções de Tenda está reconhecido na rubrica "Partes relacionadas" da controladora Gafisa.

Em 11 de agosto de 2014, o Conselho de Administração da controlada Tenda outorgou o total de 41.090.354 opções de compra a empregados e administradores da Companhia (beneficiários), sendo 640.806 com data de exercício em 31 de março de 2017, 8.218.067 em 31 de março de 2018, 31.270.289 em 31 de março de 2019 e 961.192 em 31 de março de 2020.

Em 12 de novembro de 2014, foi aprovado pelo Conselho de Administração de Tenda uma nova outorga complementar de 1.169.333 opções de ações ao preço de exercício de R\$0,77, sendo 233.867 com data de exercício em 31 de março de 2018 e 935.466 em 31 de março de 2019.

As opções outorgadas conferem aos seus titulares (beneficiários) o direito de subscrever ações ordinárias no capital social da Companhia, após períodos que variam entre cinco e dez anos de permanência no quadro de funcionários da Companhia (condição essencial para o exercício da opção), e expiram após o período de dez anos da data da outorga.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19. Patrimônio líquido--Continuação

### 19.3. Programa de opção de compra de ações -- Continuação

O valor justo das novas opções outorgadas totalizou R\$9.346, o qual foi determinado com base nas seguintes premissas:

	2014
Modelo de precificação	Black-Scholes
Preço de exercício das opções (R\$)	R\$0,77
Média ponderada do preço das opções (R\$)	R\$0,76
Volatilidade esperada (%) – (*)	31,02%
Prazo de vida esperado das opções (anos)	4,05
Taxa de juros livre de risco (%) (**)	11,81%

<sup>(\*)</sup> A volatilidade foi determinada com base nas observações histórica do Índice BM&FBOVESPA Imobiliário (IMOBX).

### 20. Imposto de renda e contribuição social

#### (i) Imposto de renda e contribuição social correntes

A reconciliação ao resultado efetivo da alíquota nominal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é conforme segue:

	Consolidado	
	2014	2013
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social e das		
participações estatutárias	(28.450)	239.368
Imposto de renda calculado à alíquota nominal - 34%	9.673	(81.385)
Efeito líquido das controladas tributadas pelo lucro presumido	(2.085)	(2.316)
Prejuízos fiscais (base negativa utilizada)	(9.555)	4.694
Equivalência patrimonial	5.249	2.507
Efeito de resultado de operações descontinuadas	-	(89.398)
Plano de opções de ações	(11.562)	(5.923)
Outras diferenças permanentes	(7.280)	(18.443)
Encargos sobre obrigações com investidores	2.509	6.847
Direitos fiscais reconhecidos e (não reconhecidos)	(2.224)	180.605
	(15.275)	(2.812)
Despesas de imposto corrente	(33.330)	(23.690)
Receitas de imposto diferido	18.055	20.878

### (ii) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Companhia reconheceu os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis, na extensão que é provável que o lucro tributável seja disponível para uso na compensação das diferenças temporárias, com base nas premissas e condições estabelecidas no modelo de negócios da Companhia.

<sup>(\*\*)</sup> A taxa de juros livre de risco de mercado para o prazo da opção no momento da concessão, variou entre 11,66% e 11,81%.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferido--Continuação

O reconhecimento inicial e as posteriores avaliações do imposto de renda diferido ocorrem quando seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível para ser usado na compensação do ativo fiscal diferido, com base em projeções de resultado elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que possibilitam a sua utilização total ou parcial. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia não reconheceu tributos diferidos ativos calculados sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias da controlada Tenda.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ativo				
Provisões para demandas judiciais	57.746	47.464	81.455	67.296
Diferenças temporárias - PIS e COFINS diferido	9.754	7.918	14.960	15.566
Provisão sobre realização de ativos não financeiros	2.638	2.698	12.793	22.852
Diferenças temporárias - Ajuste CPC	11.765	21.733	18.656	31.819
Demais provisões	58.363	39.684	92.384	76.736
Prejuízos fiscais e bases negativas de imposto de renda e				
contribuição social	79.499	86.848	301.598	288.712
Benefício fiscal decorrente da incorporação de controladoras	28.165	9.226	28.165	9.226
Direitos fiscais não reconhecidos	-	(12.327)	(276.758)	(274.534)
	247.930	203.244	273.253	237.672
Passivo				
Deságios	(92.385)	(91.323)	(92.385)	(91.323)
Diferenças temporárias - Ajuste CPC (i)	(112.258)	(36.822)	(111.294)	(127.790)
Tributação de receita entre regimes de caixa e competência	(69.413)	(26.000)	(104.314)	(75.211)
	(274.056)	(154.145)	(307.993)	(294.324)
Total líquido	(26.126)	49.099	(34.740)	(56.652)

 (i) O imposto de renda e contribuição social diferido passivo da controladora considera o imposto sobre a remensuração de investimento em coligada no montante de R\$90.967, originalmente registrada na Shertis, subsidiária incorporada em 09 de outubro de 2014 (Nota 9(a)).

Os saldos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social a compensar são demonstrados abaixo:

Saldo do prejuízo fiscal e base negativa Crédito fiscal (25%/9%) Crédito fiscal reconhecido Crédito fiscal não reconhecido

Controladora							
	2014			2013			
Imposto de renda							
233.820	233.820		255.435	255.435	-		
58.455	21.044	79.499	63.859	22.989	86.848		
58.455	21.044	79.499	54.795	19.726	74.521		
-		-	9.064	3.263	12.327		

Saldo do prejuízo fiscal e base negativa Crédito fiscal (25%/9%) Crédito fiscal reconhecido Crédito fiscal não reconhecido

	Consolidado							
	2014			2013				
Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total			
887.052	887.052		849.150	849.150	_			
221.763	79.835	301.598	212.288	76.424	288.712			
58.455	21.044	79.499	54.795	19.726	74.521			
163.308	58.791	222.099	157.493	56.698	214.191			

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 20. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

#### (ii) <u>Imposto de renda e contribuição social diferido</u>--Continuação

Com base na estimativa de projeções de geração de resultados tributáveis futuros da Gafisa, a estimativa de recuperação do saldo da controladora, de imposto de renda e contribuição social, diferidos, estão apresentados abaixo:

	Controladora
	•
2015	9.106
2016	2.589
2017	25.455
2018	18.425
2019 em diante	178.246
	233 820

#### 21. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.) o qual é submetido aos orgãos da Administração competentes para aprovação e posterior operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia. As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

#### (i) Considerações sobre riscos

#### a) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas restringem a exposição a riscos de crédito associados a caixa e equivalentes de caixa, efetuando seus investimentos em instituições financeiras avaliadas como de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo.

Com relação às contas a receber, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio de vendas para uma base ampla de clientes e de análises de crédito contínua. Adicionalmente, inexistem históricos relevantes de perdas em face da existência de garantia real, representada pela unidade imobiliária, de recuperação de seus produtos nos casos de inadimplência durante o período de construção. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

- (i) Considerações sobre riscos--Continuação
  - b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos com o objetivo de mitigar o risco de sua exposição à volatilidade de índices e juros, reconhecidos por seu valor justo diretamente no resultado do exercício. De acordo com suas políticas de tesouraria, a Companhia não possui ou emite instrumentos financeiros derivativos para fins outros que não os de proteção.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos de derivativos para proteção na oscilação de taxa de juros, com vencimento final entre junho de 2015 e outubro de 2018. Os contratos de derivativos são conforme segue:

Consolidado								
		Reais	Perce	ntual	Vali	dade	Ganhos/(pe realizados com derivativos	instrumentos
Companhia	Contratos de troca de taxas - "Swap" (pré para CDI)	Valor nominal	Indexador original – Ponta ativa	"Swap" – Ponta passiva	Início	Fim	2014	2013
Gafisa S/A	Banco Votorantim S.A.	110.000	Pré 14,0993%	CDI + 1,6344%	20/12/2013	20/06/2014	-	978
Gafisa S/A	Banco Votorantim S.A.	82.500	Pré 11,4925%	CDI + 0,2801%	20/06/2014	22/12/2014	-	128
Gafisa S/A	Banco Votorantim S.A.	82.500	Pré 13,7946%	CDI + 1,6344%	22/12/2014	22/06/2015	(208)	(91)
Gafisa S/A	Banco Votorantim S.A.	55.000	Pré 11,8752%	CDI + 0,2801%	22/06/2015	21/12/2015	(401)	(306)
Gafisa S/A	Banco Votorantim S.A.	55.000	Pré 14,2672%	CDI + 1,6344%	21/12/2015	20/06/2016	(160)	(236)
Gafisa S/A	Banco Votorantim S.A.	27.500	Pré 11,1136%	CDI + 0,2801%	20/06/2016	20/12/2016	(185)	(255)
Gafisa S/A	Banco Votorantim S.A.	27.500	Pré 15,1177%	CDI + 1,6344%	20/12/2016	20/06/2017	58	(35)
Gafisa S/A	Banco Votorantim S.A. (a)	130.000	CDI + 1,90%	118% CDI	22/07/2014	26/07/2018	(941)	` -
Gafisa S/A	Banco HSBC (b)	194.000	Pré 12,8727%	120% CDI	29/09/2014	08/10/2018	(6.336)	-
							(8.173)	183
						Circulante	(3.340)	183
						Não circulante	(4.833)	-

<sup>(</sup>a) Em 22 de julho de 2014, a Companhia contratou operação de derivativo de swap para mitigar a exposição ao índice pré-fixado da debênture emitida nesta data (Nota 13), saindo da posição de CDI + 1.90% aa para 118% do CDI.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$7.492 (R\$5.103 em 2013) na controladora e no consolidado, referente ao resultado líquido de perda da operação de "swap" de juros foi reconhecido na linha de "resultado financeiro" na demonstração do resultado do exercício, permitindo a correlação do efeito dessas operações com a flutuação da taxa de juros no balanço da Companhia (Nota 25).

O valor justo estimado para os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias específicas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo de cada operação, podendo variar quando da liquidação financeira das operações.

<sup>(</sup>b) Em 29 de setembro de 2014, a Companhia contratou operação de derivativo de swap para mitigar a exposição ao índice pré-fixado da operação de financiamento contratada nesta data (Nota 12), saindo da posição pré-fixada de 12,8727% para 120% do CDI.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

### (i) <u>Considerações sobre riscos</u>--Continuação

#### c) Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia e as suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas préfixadas ou pós-fixadas. As taxas de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures estão mencionadas nas Notas 12 e 13. As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota 4. Sobre o saldo de contas a receber de imóveis concluídos (Nota 5), incide juros de 12% ao ano, apropriado "pro rata temporis".

#### d) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função dos prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamento e debêntures, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando risco de liquidez para a Companhia e controladas (Notas 12 e 13).

Os vencimentos dos instrumentos financeiros de empréstimos, financiamentos, fornecedores, obrigações com investidores e debêntures são conforme seque:

	Controladora					
	Menos de 1			Mais que 5		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014	ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	anos	Total	
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	443.802	667.064	83.208	-	1.194.074	
Debêntures (Nota 13)	314.770	420.468	64.244	-	799.482	
Obrigações com investidores (Nota 15)	6.081	4.713	-	-	10.794	
Fornecedores	57.369	-	-	-	57.369	
	822.022	1.092.245	147.452	-	2.061.719	

	Controladora					
	Menos de 1			Mais que 5		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013	ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	anos	Total	
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	376.047	765.007	108.130	-	1.249.184	
Debêntures (Nota 13)	354.271	457.385	200.001	-	1.011.657	
Obrigações com investidores (Nota 15)	108.742	9.654	1.140	-	119.536	
Fornecedores	51.415	-	-	-	51.415	
	890.475	1.232.046	309.271	-	2.431.792	

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

- (i) Considerações sobre riscos--Continuação
  - d) Risco de liquidez--Continuação

			Consolidado		
	Menos de 1			Mais que 5	
Exercício findo em 31 de dezembro de 2014	ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	anos	Total
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	550.058	758.812	88.555	-	1.397.425
Debêntures (Nota 13)	504.387	620.468	64.244	-	1.189.099
Obrigações com investidores (Nota 15)	6.317	4.713	-	-	11.030
Fornecedores	95.131	-	-	-	95.131
	1.155.893	1.383.993	152.799	-	2.692.685

	Consolidado					
	Menos de 1			Mais que 5		
Exercício findo em 31 de dezembro de 2013	ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	anos	Total	
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	590.386	938.792	109.132	-	1.638.310	
Debêntures (Nota 13)	563.832	657.385	200.001	-	1.421.218	
Obrigações com investidores (Nota 15)	112.886	9.654	1.140	-	123.680	
Fornecedores	79.342	-	-	-	79.342	
_	1.346.446	1.605.831	310.273	-	3.262.550	

#### Hierarquia de valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Nível 3: inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Segue o nível de hierarquia do valor justo para os instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado da Companhia apresentados em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	Controladora			Consolidado		
	Hierarquia de valor justo					
Em 31 de dezembro de 2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros						
Equivalentes de caixa (Nota 4.1)		- 33.792		•	- 109.895	-
Títulos e valores mobiliários (Nota 4.2)		- 582.042		-	- 1.047.359	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21. Instrumentos financeiros--Continuação

- (i) <u>Considerações sobre riscos</u>--Continuação
  - d) Risco de liquidez--Continuação

Hierarquia de valor justo--Continuação

		Controladora			Consolidado		
	Hierarquia de valor justo						
Em 31 de dezembro de 2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Ativos financeiros							
Equivalentes de caixa (Nota 4.1)	-	39.032	-	-	215.194	-	
Títulos e valores mobiliários (Nota 4.2)	-	1.241.026	-	-	1.808.969	-	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 21.i.b)	-	183	-	-	183	_	

Adicionalmente, apresentamos a hierarquia de valor justo para os instrumentos financeiros passivos:

	Controladora Consolidado				Consolidado		
	Hierarquia de valor justo						
Em 31 de dezembro de 2014	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos (Nota 21.ii.a)		- 1.184.202	-		1.333.399	-	
Debêntures (Nota 21.ii.a)		- 802.948	-		802.948	-	
Obrigações com investidores (Nota 21.ii.a)		- 12.304	-		12.304	-	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 21.i.b)		- 8.173	-		8.173	-	
		Controladora			Consolidado		
		Н	ierarquia de	valor just	)	<u>.</u>	
Em 31 de dezembro de 2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos (Nota 21.ii.a)	-	1.254.757	-		1.641.503	-	
Debêntures (Nota 21.ii.a)	-	1.019.298	-		1.428.859	-	
Obrigações com investidores (Nota 21.ii.a)	-	121.060	-		125.719	-	

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, não houve transferências entre avaliações de valor justo Nível 1 e Nível 2 nem transferências entre avaliações de valor justo Nível 3 e Nível 2.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

- (ii) Valor justo dos instrumentos financeiros
  - a) Cálculo do valor justo

Os seguintes valores justos estimados foram determinados usando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Assim, as estimativas aqui apresentadas não são necessariamente indicativas dos montantes que a Companhia poderia realizar no mercado atual. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativas podem ter um efeito significativo nos valores justos estimados.

Os seguintes métodos e premissas foram usados para estimar o valor justo para cada classe dos instrumentos financeiros para os quais a estimativa de valores é praticável.

- (i) Os valores caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, demais recebíveis, fornecedores e demais passivo circulante se aproximam de seu valor justo registrado nas demonstrações financeiras.
- (ii) O valor justo de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas anualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Os principais valores contábeis consolidados e justos dos ativos e passivos e financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 estão demonstrados a seguir:

	Controladora					
	201	4	201	3		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4.1)	33.792	33.792	39.032	39.032		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4.2)	582.042	582.042	1.241.026	1.241.026		
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	183	183		
Recebíveis de clientes (Nota 5)	1.024.441	1.024.441	1.216.902	1.216.902		
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.194.074	1.184.202	1.249.184	1.254.757		
Debêntures (Nota 13)	799.482	802.948	1.011.657	1.019.298		
Obrigações com investidores (Nota 15)	10.794	12.304	119.536	121.060		
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 21(i)(b))	8.173	8.173				
Fornecedores	57.369	57.369	51.415	51.415		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

- (ii) Valor justo dos instrumentos financeiros -- Continuação
  - a) Cálculo do valor justo--Continuação

	Consolidado				
	201	4	2013		
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 4.1)	109.895	109.895	215.194	215.194	
Títulos e valores mobiliários (Nota 4.2)	1.047.359	1.047.359		1.808.969	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota					
21(i)(b))	-	-	183	183	
Recebíveis de clientes (Nota 5)	1.825.319	1.825.319	2.223.668	2.223.668	
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	1.397.425	1.333.399	1.638.310	1.641.503	
Debêntures (Nota 13)	1.189.099	802.948	1.421.218	1.428.859	
Obrigações com investidores (Nota 15)	11.030	12.304	123.680	125.719	
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 21(i)(b))	8.173	8.173	-	-	
Fornecedores	95.131	95.131	79.342	79.342	

### a) Risco de aceleração de dívida

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos em vigor, com cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas à geração de caixa, índices de endividamento e outros. Essas cláusulas restritivas estão sendo observadas pela Companhia e não restringem a sua capacidade de condução normal de seus negócios.

### b) Risco de mercado

A Companhia dedica-se à incorporação, construção e venda de empreendimentos imobiliários. Além dos riscos que afetam de modo geral o mercado imobiliário, tais como interrupções de suprimentos e volatilidade do preço dos materiais e equipamentos de construção, mudanças na oferta e procura de empreendimentos em certas regiões, greves e regulamentos ambientais e de zoneamento, as atividades da Companhia são especificamente afetadas pelos seguintes riscos:

- A conjuntura econômica do Brasil, que pode prejudicar o crescimento do setor imobiliário como um todo, por meio da desaceleração da economia, aumento dos juros, flutuação da moeda e instabilidade política, além de outros fatores.
- Impedimento no futuro, em decorrência de nova regulamentação ou condições de mercado, de corrigir monetariamente os recebíveis, de acordo com certas taxas de inflação, conforme atualmente permitido, o que poderia tornar um projeto inviável financeira ou economicamente.
- O grau de interesse dos compradores em novo projeto lançado ou o preço de venda por unidade necessário para vender todas as unidades pode ficar abaixo do esperado, fazendo com que o projeto se torne menos lucrativo do que o esperado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

- (ii) Valor justo dos instrumentos financeiros -- Continuação
  - b) Risco de mercado-- Continuação
    - Na hipótese de falência ou dificuldades financeiras significativas de uma grande companhia do setor imobiliário, o setor com um todo pode ser prejudicado, o que poderia causar uma redução da confiança dos clientes em outras companhias que atuam no setor.
    - Condições do mercado imobiliário local e regional, tais como excesso de oferta, escassez de terrenos em certas regiões ou aumento significativo do custo de aquisição de terrenos.
    - Risco de compradores terem uma percepção negativa quanto à segurança, conveniência e atratividade das propriedades da Companhia, bem como à sua localização.
    - As margens de lucro da Companhia podem ser afetadas em virtude de aumento dos custos operacionais, incluindo investimentos, prêmio de seguro, tributos em geral e tarifas públicas.
    - As oportunidades de incorporação podem diminuir.
    - A construção e venda de unidades dos empreendimentos podem não ser concluídas dentro do cronograma, acarretando o aumento dos custos de construção ou a rescisão dos contratos de venda e multas por atraso de obras.
    - Inadimplemento de pagamento após a entrega das unidades adquiridas a prazo. A
      Companhia tem o direito de promover ação de cobrança, tendo por objetivo os
      valores devidos e/ou a retomada da unidade do comprador inadimplente, não
      podendo assegurar que será capaz de reaver o valor total do saldo devedor ou,
      uma vez retomado o imóvel, a sua venda em condições satisfatórias.
    - Eventual mudança nas políticas do Conselho Monetário Nacional (CMN) sobre a aplicação dos recursos destinados ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH) pode reduzir a oferta de financiamentos aos clientes.
    - A queda do valor de mercado dos terrenos mantidos em estoque, antes da incorporação do empreendimento ao qual se destina, e a incapacidade de preservar as margens anteriormente projetadas para as respectivas incorporações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros—Continuação

### (iii) Gestão do capital social

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha uma classificação de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamento de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, entre outros.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, debêntures, obrigações com cessões de créditos e obrigações com investidores menos disponibilidades (caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários):

Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
Debêntures (Nota 13)
Obrigações com cessões de créditos (Nota 14)
Obrigação com investidores (Nota 15)
( - ) Caixa e equivalentes de caixa e títulos
mobiliários (Nota 4.1 e 4.2)
Dívida líquida
Patrimônio líquido
Patrimônio líquido e dívida líquida

Controlad	Controladora		lado
2014	2013	2014	2013
1.194.074	1.249.184	1.397.425	1.638.310
799.482	1.011.657	1.189.099	1.421.218
34.496	74.201	56.129	119.897
10.794	119.536	11.030	123.680
(615.834)	(1.280.058)	(1.157.254)	(2.024.163)
1.423.012	1.174.520	1.496.429	1.278.942
3.055.345	3.190.724	3.058.403	3.214.483
4.478.357	4.365.244	4.554.832	4.493.425

#### (iv) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, exceto pelos contratos de *swap* que são analisados até a data de seu vencimento, descreve os riscos que podem gerar variações materiais no resultado da Companhia, nos termos determinados pela CVM por meio da Instrução 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de apreciação/ depreciação na variável de risco considerada.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

- a) Aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e debêntures indexados ao CDI;
- b) Empréstimos e financiamentos indexados à Taxa Referencial (TR) e CDI, e debêntures indexados ao CDI, IPCA e TR;
- c) Contas a receber, indexados ao Índice Nacional de Construção Civil (INCC).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 21. Instrumentos financeiros--Continuação

### (iv) Análise de sensibilidade--Continuação

Para a análise de sensibilidade do exercício de 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia considerou a taxa de juros de aplicações, empréstimos e contas a receber, Certificado de Depósito Interbancário (CDI) a 11,51%, (9,78% em 2013) Taxa Referencial (TR) a 0,52% (0,31% em 2013), Índice Nacional de Construção Civil (INCC) a 6,95% (8,09% em 2013), Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) a 3,67% (5,46% em 2013) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) a 6,41% (5,73% em 2013). Os cenários considerados foram:

Cenário I: apreciação 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação Cenário II: apreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação Cenário III: depreciação de 25% das variáveis de risco utilizadas para precificação Cenário IV: depreciação de 50% das variáveis de risco utilizadas para precificação

Em 31 de dezembro de 2014:

		Cenário					
			II .	III	IV		
Operação	Risco	Alta 50%	Alta 25%	Queda 25%	Queda 50%		
Aplicações financeiras	Alta/queda do CDI	51.528	25.764	(25.764)	(51.528)		
Empréstimos e financiamentos	Alta/queda do CDI	(31.786)	(15.893)	15.893	31.786		
Debêntures	Alta/queda do CDI	(14.571)	(7.285)	7.285	14.571		
Instrumentos financeiros derivativos	Alta/queda do CDI	(36.708)	(19.243)	21.282	44.892		
Efeito líquido da variação do CDI		(31.537)	(16.657)	18.696	39.721		
Empréstimos e financiamentos	Alta/queda do TR	(1.851)	(925)	925	1.851		
Debêntures	Alta/queda do TR	(2.321)	(1.160)	1.160	2.321		
Efeito líquido da variação do TR		(4.172)	(2.085)	2.085	4.172		
Debêntures	Alta/queda do IPCA	(457)	(229)	229	457		
Efeito liquido da variação do IPCA		(457)	(229)	229	457		
Contas a Receber	Alta/gueda do INCC	59.351	29.675	(29.675)	(59.351)		
Imóveis a comercializar	Alta/queda do INCC	58.774	29.387	(29.387)	(58.774)		
Efeito líquido da variação do INCC		118.125	59.062	(59.062)	(118.125)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21. Instrumentos financeiros--Continuação

### (iv) Análise de sensibilidade--Continuação

Em 31 de dezembro de 2013:

			Cená	rio	
		1	II	III	IV
Operação	Risco	Alta 50%	Alta 25%	Queda 25%	Queda 50%
Aplicações financeiras	Alta/gueda do CDI	77.110	38.555	(38.555)	(77.110)
Empréstimos e financiamentos	Alta/queda do CDI	(33.920)	(16.960)	16.96Ó	33.920
Debêntures	Alta/queda do CDI	(19.843)	(9.921)	9.921	19.843
Obrigações com investidores	Alta/queda do CDI	(4.623)	(2.312)	2.312	4.623
Instrumentos financeiros derivativos	Alta/queda do CDI	(9.303)	(4.856)	5.344	11.219
Efeito líquido da variação do CDI		9.421	4.506	(4.018)	(7.505)
Empréstimos e financiamentos Debêntures	Alta/queda do TR	(1.208)	(604)	604 737	1.208 1.474
Debentures	Alta/queda do TR	(1.474)	(737)	737	1.474
Efeito líquido da variação do TR		(2.682)	(1.341)	1.341	2.682
Debêntures	Alta/queda do IPCA	(385)	(193)	193	385
Efeito liquido da variação do IPCA		(385)	(193)	193	385
Contas a Receber	Alta/queda do INCC	83.051	41.525	(41.525)	(83.051)
Imóveis a comercializar	Alta/queda do INCC	58.235	29.117	(29.117)	(58.235)
Efeito líquido da variação do INCC		141.286	70.642	(70.642)	(141.286)

### 22. Partes relacionadas

### 22.1. Saldos com partes relacionadas

As transações entre a controladora e as empresas relacionadas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

	Controla	dora	Consolic	lado
Conta correntes	2014	2013	2014	2013
Ativo				
Conta corrente (a):				
Total SPEs	96.071	163.130	139.947	80.804
Condomínio e consórcio (b) e obras de				
terceiros (c)	2.785	1.743	2.785	1.743
Mútuo a receber (d)	68.120	98.272	107.067	136.508
Dividendos a receber	5.909	7.443	-	-
_	172.885	270.588	249.799	219.055
Circulante	104.765	172.316	142.732	82.547
Não circulante	68.120	98.272	107.067	136.508
Passivo Conta corrente (a):				
Compra/venda de participações (e)	-	(39.100)	-	(39.100)
Total SPEs e Tenda	(596.047)	(163.075)	(156.503)	(94.578)
<del>-</del>	(596.047)	(202.175)	(156.503)	(133.678)
Circulante	(596.047)	(202.175)	(156.503)	(133.678)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Partes relacionadas--Continuação

### 22.1. Saldos com partes relacionadas--Continuação

- (a) A Companhia participa do desenvolvimento de empreendimentos de incorporação imobiliária com outros parceiros de forma direta ou por A companina participa do deservolvimento de enirgieritalmento de enirgia de activa de incompança medio de partes relacionadas, baseados na formação de condomínios e/ou consórcios. A estrutura de administração desses empreendimentos e a gerência de caixa são centralizadas na empresa líder do empreendimento, que gerencia o desenvolvimento das obras e os orçamentos. Assim, o líder do empreendimento assegura que as aplicações de recursos necessários sejam efetuadas e alocadas de acordo com o planejado. As origens e aplicações de recursos dos empreendimentos estão refletidas nesses saldos, com observação do respectivo percentual de participação de cada investidor, os quais não estão sujeitos à atualização ou encargos financeiros de cada investidor e não possuem vencimento pré-determinado. Tais operações visam simplificar as relações comerciais que demandem administração conjunta de valores reciprocamente devidos pelas partes envolvidas e, consequentemente, o controle de movimento de valores reciprocamente concedidos, que se compensam no momento de encerramento da conta corrente. O prazo médio de desenvolvimento e finalização dos empreendimentos, nos quais se encontram aplicados os recursos, é de 24 a 30 meses. A Companhia recebe uma remuneração pela administração destes empreendimentos.
- Refere-se a transações entre a líder do consórcio, parceiros e condomínios. Refere-se a operações em obras de terceiros.
- Os mútuos da Companhia com suas controladas, demonstrados abaixo, ocorrem em função da necessidade de caixa destas controladas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros ali descritos contratualmente. Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio. A composição, a natureza e as condições dos saldos de mútuos a receber da Companhia são demonstradas a seguir.
- (e) Em decorrência da aquisição da parcela remanescente da Cipesa Empreendimentos Imobiliários (Nota 9) e consequente concessão entre as partes de irrevogável e irretratável quitação com relação a todos os direitos, deveres e obrigações, a Companhia efetuou a reversão desta obrigação em sua totalidade.

	Controladora		•		
	2014	2013	Natureza	Taxa de juros	
Engenho	17	15			
Tembok Planej. E Desenv. Imob. Ltda. (Laguna Di Mare)	-	2.279	Construção	12% a.a. + IGPM	
Tembok Planej. E Desenv. Imob. Ltda. (Vistta Laguna)	9.891	15.201	Construção	12% a.a. + IGPM	
Gafisa SPE 65 Emp. Imobiliários Ltda.	-	2.929	Construção	3% a.a. + CDI	
Gafisa SPE 46 Emp. Imobiliários Ltda.	-	1.056	Construção	12% a.a. + IGPM	
Gafisa SPE 71 Emp. Imobiliários Ltda.	-	6.066	Construção	3% a.a. + CDI	
Gafisa SPE 76 Emp. Imobiliários Ltda.	-	3.863	Construção	4% a.a. + CDI	
Acquarelle Civilcorp Incorporações Ltda.	493	411	Construção	12% a.a. + IGPM	
Manhattan Residencial I	49.358	62.441	Construção	10% a.a. + TR	
Manhattan Comercial I	-	15	Construção	10% a.a. + TR	
Manhattan Residencial II	-	137	Construção	10% a.a. + TR	
Manhattan Comercial II	-	65	Construção	10% a.a. + TR	
Scena Laguna - Tembok Planej, e Desenv. Imob. Ltda.	8.361	3.794	Construção	12% a.a. + IGPM	
Total controladora	68.120	98.272	-		

	Consolidado					
	2014	2013	Natureza	Taxa de juros		
Engenho	17	15	Construção	12% a.a. + IGPM		
Tembok Planej. E Desenv. Imob. Ltda. (Laguna Di Mare)	-	2.279	Construção	12% a.a. + IGPM		
Tembok Planej. E Desenv. Imob. Ltda. (Vistta Laguna)	9.891	15.201	Construção	12% a.a. + IGPM		
Gafisa SPE 65 Emp. Imobiliários Ltda.	-	2.929	Construção	3% a.a. + CDI		
Gafisa SPE-46 Emp. Imobiliários Ltda.	-	1.056	Construção	12% a.a. + IGPM		
Gafisa SPE-71 Emp. Imobiliários Ltda.	-	6.066	Construção	3% a.a. + CDI		
Gafisa SPE- 76 Emp. Imobiliários Ltda.	-	3.863	Construção	4% a.a. + CDI		
Acquarelle - Civilcorp Incorporações Ltda.	493	411	Construção	12% a.a. + IGPM		
Manhattan Residencial I	49.358	62.441	Construção	10% a.a. + TR		
Manhattan Comercial I		15	Construção	10% a.a. + TR		
Manhattan Residencial II	-	137	Construção	10% a.a. + TR		
Manhattan Comercial II	-	65	Construção	10% a.a. + TR		
Scena Laguna - Tembok Planej. E Desenv. Imob. Ltda.	8.361	3.794	Construção	12% a.a. + IGPM		
Fit Jardim Botanico SPE Emp. Imob. Ltda.	10.164	17.998	Construção	113,5% de 126,5% do CDI		
Fit 09 SPE Emp. Imob. Ltda.	8.422	7.183	Construção	120% de 126,5% do CDI		
Fit 19 SPE Emp. Imob. Ltda.	4.037	4.003	Construção	113,5% de 126,5% do CDI		
Acedio SPE Emp. Imob. Ltda.	936	3.589	Construção	113,5% de 126,5% do CDI		
Ac Participações Ltda.	-	4.710	Construção	12% a.a. + IGPM		
Atua Construtora e Incorporadora S.A.	12.168	-	Construção	113,50% a 112% do CDI		
Bild Desenvolvimento Imobiliário Ltda	2.471	-	Construção	IGPM + juros 12% a.a.		
Outros	749	753	Construção	Diversas		
Total consolidado	107.067	136.508	_			

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram registradas receitas financeiras referentes aos juros sobre mútuos no montante de R\$7.622 (R\$6.193 em 2013) na controladora e R\$11.120 (R\$12.182 em 2013) no consolidado (Nota 25).

As informações referentes a transações e remuneração com a Administração estão descritas na Nota 26.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22. Partes relacionadas--Continuação

### 22.2. Avais, garantias e fianças

As operações financeiras das controladas possuem garantias de aval ou fiança na proporção da participação da Companhia no capital social de tais sociedades, no montante de R\$973.808 em 31 de dezembro de 2014 (R\$1.428.286 em 2013).

## 23. Receita operacional líquida

_	Controladora		Consoli	dado
	2014	2013	2014	2013
Receita operacional bruta				
Incorporação e venda de imóveis, permuta e prestação				
de serviços de construção	1.256.287	1.418.024	2.256.189	2.618.737
(Constituição) reversão de provisão para devedores				
duvidosos e distratos (Nota 5)	1.424	9.989	69.479	81.122
Impostos sobre vendas de imóveis e serviços	(112.890)	(126.861)	(174.670)	(218.648)
Receita operacional líquida	1.144.821	1.301.152	2.150.998	2.481.211

## 24. Custos e despesas por natureza

Estão representadas por:

	Controladora		Consolid	ado
	2014	2013	2014	2013
Custo de incorporação e venda de imóveis:				<u>.</u>
Custo de construção	(457.447)	(507.519)	(949.960)	(1.137.678)
Custo de terrenos	(165.187)	(171.536)	(278.682)	(327.721)
Custo de incorporação	(41.444)	(44.623)	(105.594)	(133.350)
Encargos financeiros capitalizados (Nota 12)	(107.959)	(81.653)	(171.590)	(157.212)
Manutenção/garantia	(41.906)	(14.987)	(48.557)	(34.578)
Provisão para distratos (Nota 5)	-	-	(54.863)	(73.227)
	(813.943)	(820.318)	(1.609.246)	(1.863.766)
Decrees compression				
Despesas comerciais: Despesas com marketing de produto	(32.298)	(29.482)	(60.433)	(54.128)
Despesas com corretagem e comissão de vendas	(16.384)	(68.127)	(30.656)	(125.076)
Despesas com Customer Relationship Management (CRM)	(24.383)	(14.095)	(45.622)	(25.878)
Outras	(6.055)	(5.756)	(11.330)	(10.567)
Curao	(79.120)	(117.460)	(148.041)	(215.649)
Despesas gerais e administrativas:				
Despesas com salários e encargos	(43.637)	(52.230)	(79.515)	(92.574)
Despesas com benefícios a empregados	(4.443)	(4.697)	(7.575)	(8.398)
Despesas com viagens e utilidades	(1.487)	(2.629)	(2.761)	(4.865)
Despesas com serviços prestados	(16.895)	(9.351)	(30.485)	(17.306)
Despesas com aluguéis e condomínios	(8.748)	(6.189)	(14.189)	(9.820)
Despesas com informática	(14.208)	(8.713)	(24.409)	(17.519)
Despesas com plano de opções de ações (Nota 19.3)	(15.489)	(17.263)	(16.327)	(17.419)
Despesas com provisão de participação no lucro (Nota 26.iii)	(19.000)	(35.886)	(35.006)	(59.651)
Outras	(920)	238	(1.639)	(6.471)
	(124.827)	(136.720)	(211.906)	(234.023)
Outras receitas/(despesas), líquidas:				
Despesas com demandas judiciais (Nota 17)	(60.221)	(63.642)	(113.064)	(78.402)
Resultado de participação em Sociedade em Conta de Participação	(00.221)	(00.042)	(113.004)	(70.402)
("SCP")	4.839	(34.733)	_	_
Despesas com atualização do saldo do plano de opções de ações de	1.000	(01.700)		
AUSA (Nota 19.2)	(17.679)	_	(17.679)	_
Outras	12.009	302	(10.606)	(7.709)
·	(61.052)	(98.073)	(141.349)	(86.111)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolid	lado
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	78.830	30.404	132.980	56.095
Receita financeira sobre contrato de mútuo (Nota 22)	7.622	6.193	11.120	12.182
Receitas de juros	1.609	763	2.445	1.405
Outras receitas financeiras	2.822	357	10.249	11.401
	90.883	37.717	156.794	81.083
Despesas financeiras				
Juros sobre captações, líquido de capitalização (Nota 12)	(97.072)	(154.573)	(121.063)	(176.823)
Amortização custo das debêntures	(4.344)	(3.856)	(4.144)	(8.020)
Obrigações com investidores	(2.786)	-	(2.830)	(14.805)
Despesas bancárias	(3.042)	(7.151)	(3.818)	(12.312)
Operações com derivativos (Nota 21 (i) (b))	(7.492)	(5.103)	(7.492)	(5.103)
Desconto com operação de securitização	(316)	(7.268)	(240)	(8.820)
Descontos concedidos e outras despesas financeiras	683	(11.555)	(26.125)	(17.703)
	(114.369)	(189.506)	(165.712)	(243.586)

## 26. Transações com a Administração e empregados

### (i) Remuneração da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os montantes registrados na rubrica "Despesas gerais e administrativas" referentes à remuneração dos membros da Administração da controladora estão demonstrados a seguir:

	Remuneração da	Administração		
Período findo em 31 de dezembro de 2014	31 de dezembro de 2014 Conselho de Diretoria Administração Executiva		Conselho Fiscal	
Número de membros	8	5	3	
Remuneração Fixa do período (em R\$)	1.739	4.004	189	
Salário/pró-labore	1.720	3.630	189	
Benefícios diretos e indiretos	19	374	-	
Valor mensal da remuneração (em R\$)	145	334	16	
Total da remuneração	1.739	4.004	189	
Participação nos lucros e resultado	-	3.412	-	

	Remuneração da		
Período findo em 31 de dezembro de 2013	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Conselho Fiscal
Número de membros	9	7	3
Remuneração Fixa do período (em R\$)	1.899	4.872	166
Salário/pró-labore	1.852	4.485	166
Benefícios diretos e indiretos	47	387	-
Valor mensal da remuneração (em R\$)	158	406	14
Total da remuneração	1.899	4.872	166
Participação nos lucros e resultado	-	6.543	-

A remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2014, foi fixada no limite de até R\$13.425, conforme aprovação em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 25 de abril de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 26. Transações com a Administração e empregados--Continuação

### (i) Remuneração da Administração--Continuação

Na mesma ocasião foi aprovado o limite de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia para seu próximo mandato que se encerra na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2015, fixado no limite de até R\$192.

#### (ii) Operações comerciais

No exercício findo 31 de dezembro de 2014, o total de operações contratadas por unidades vendidas à Administração é de R\$1.513 (R\$3.915 em 2013) e o saldo total a receber é das operações comerciais realizadas é de R\$4.686 (R\$5.845 em 2013).

### (iii) Participação nos lucros e resultado

A Companhia mantém um programa de remuneração variável que proporciona aos seus empregados e administradores, e aos de suas subsidiárias, o direito de participar nos lucros e resultados da Companhia.

Este programa está vinculado ao alcance de objetivos específicos, os quais são estabelecidos, acordados e aprovados pelo Conselho de Administração no início de cada ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou uma despesa para participação nos lucros e resultados no montante de R\$19.000 na controladora (R\$35.886 em 2013) e R\$35.006 no consolidado (R\$59.651 em 2013) na rubrica "Despesas Gerais e Administrativas" (Nota 24).

	Controladora		Conso	lidado
	2014	2013	2014	2013
Diretoria Executiva Demais colaboradores	3.412 15.588	6.543 29.343	8.116 26.890	11.615 48.036
	19.000	35.886	35.006	59.651

A participação nos lucros e resultados é calculada e provisionada com base no alcance das metas da Companhia no período. Após o encerramento do exercício é realizada a apuração do alcance das metas da Companhia, assim como das metas individuais dos colaboradores, e o pagamento deve ser realizado em abril de 2015.

Conforme apresentado nas tabelas anteriores e parágrafos acima, a remuneração global dos Administradores e Conselho Fiscal da Companhia está de acordo com o limite aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 27. Seguros

A Gafisa S.A. e suas controladas mantêm seguros de risco de engenharia, garantia de permuta, garantia de término de obra e responsabilidade civil, relativos a danos pessoais de caráter involuntário causados a terceiros e danos materiais a bens tangíveis, assim como para riscos de incêndio, queda de raio, danos elétricos, fenômenos naturais e explosão de gás. A cobertura contratada é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

Segue abaixo quadro demonstrativo das responsabilidades cobertas por seguros e os respectivos montantes em 31 de dezembro de 2014:

Modalidade seguro	Cobertura – R\$mil
Riscos de engenharia e garantia de término de obra	2.397.954
Responsabilidade civil (Directors and Officers – D&O)	132.935
	2.530.889

### 28. Lucro e prejuízo por ação

De acordo com o CPC 41, a Companhia deve apresentar os prejuízos básico e diluído por ação. Os dados de comparação dos lucros/prejuízos básico e diluído se baseiam na media ponderada de ações em circulação do exercício, e todas as ações com potencial de diluição em aberto para cada exercício apresentado, respectivamente.

O lucro diluído por ação é computado de forma semelhante ao básico, exceto que as ações em circulação são adicionadas, para incluir o número de ações adicionais que estariam em circulação se as ações com potencial de diluição atribuíveis às opções de compra de ações e as ações resgatáveis de participação de acionistas não controladores tivessem sido emitidas durante os respectivos períodos, utilizando o preço médio ponderado das ações.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do lucro e prejuízo por ação básico e diluído. Em função do prejuízo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as ações com potenciais efeitos de diluição não são consideradas, pois o impacto seria de antidiluição.

	2014	2013
Numerador básico Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos Lucro (prejuízo) não distribuído	- (42.549)	150.067 717.376
Lucro (prejuízo) não distribuído, disponível para os titulares de ações ordinárias	(42.549)	867.443
Denominador básico (em milhares de ações) Média ponderada do número de ações	401.905	426.300
Lucro (prejuízo) básico por ação em Reais	(0,1059)	2,0348

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 28. Lucro e prejuízo por ação--Continuação

	2014	2013
Numerador diluído		
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	-	150.067
Lucro (prejuízo) não distribuído	-	-
Lucro (prejuízo) não distribuído, disponível para os titulares de		
ações ordinárias	(42.549)	717.376
· —	(42.549)	867.443
Denominador diluído (em milhares de acões)	` ,	
Média ponderada do número de ações	401.905	426.300
Opcões de acões	-	2.584
Média ponderada diluída do número de ações	401.905	428.884
Lucro (prejuízo) diluído por ação em Reais	(0,1059)	2,0226

## 29. Informações por segmento

A Administração da Companhia analisa informações por segmento primeiramente por meio dos diferentes segmentos em que atua em preferência à localização geográfica das suas operações.

Os segmentos nos quais a Companhia atua são: Gafisa, para empreendimentos de alta e média renda e Tenda, empreendimentos de baixa renda.

O Presidente da Companhia, executivo responsável por alocar recursos nos negócios e monitorar o progresso dos mesmos, usa informações a valor presente econômico, derivada de uma combinação de resultados operacionais históricos e resultados operacionais projetados. A Companhia apresenta abaixo as principais rubricas da demonstração do resultado e do balanço patrimonial relacionada a cada segmento de atuação.

As informações por segmento não segregam despesas operacionais. Receitas de clientes individuais não representam mais que 10% das receitas líquidas de vendas ou prestação de serviços.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

# 29. Informações por segmento--Continuação

			Consolidado
	Gafisa S.A.	Tenda	2014
Receita operacional líquida	1.580.860	570.138	2.150.998
Custo operacional	(1.164.998)	(444.248)	(1.609.246)
Lucro bruto	415.862	125.890	541.752
Despesas com vendas	(95.063)	(52.978)	(148.041)
Despesas gerais e administrativas	(124.833)	(87.073)	(211.906)
Depreciação e amortização	(63.607)	(15.644)	(79.251)
Despesa financeira	(114.371)	(51.341)	(165.712)
Receita financeira	98.121	58.673	156.794
Despesas com impostos	(8.947)	(6.328)	(15.275)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas	66.888	(109.437)	(42.549)
Clientes (curto e longo prazos)	1.484.766	340.553	1.825.319
Estoques (curto e longo prazos)	1.734.634	777.708	2.512.342
Outros ativos	1.861.263	1.006.928	2.868.191
Total ativo	5.080.663	2.125.189	7.205.852
Total passivo	3.104.606	1.042.843	4.147.449

			Consolidado
	Gafisa S.A.	Tenda	2013
Receita operacional líquida	1.663.750	817.460	2.481.210
Custo operacional	(1.111.550)	(752.216)	(1.863.766)
Lucro bruto	552.200	65.244	617.444
Despesas com vendas	(138.093)	(77.556)	(215.649)
Despesas gerais e administrativas	(136.720)	(97.303)	(234.023)
Depreciação e amortização	(51.488)	(11.526)	(63.014)
Despesa financeira	(202.239)	(41.347)	(243.586)
Receita financeira	43.548	37.535	81.083
Despesas com impostos	5.839	(8.651)	(2.812)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício das operações continuadas	363.725	(127.169)	236.556
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício das operações descontinuadas	588.574	42.548	631.122
Clientes (curto e longo prazos)	1.662.572	561.096	2.223.668
Estoques (curto e longo prazos)	1.420.359	674.055	2.094.414
Outros ativos	2.658.263	1.206.685	3.864.948
Total ativo	5.741.194	2.441.836	8.183.030
Total passivo	3.679.292	1.289.255	4.968.547

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto guando indicado de outra forma)

### 30. Empreendimentos em construção – informações e compromissos

Em atendimento aos parágrafos 20 e 21 do ICPC 02, os valores de receitas reconhecidas e dos custos incorridos estão apresentados na demonstração de resultados e os adiantamentos recebidos na rubrica "Obrigações por compra de imóveis e adiantamento de clientes". A Companhia apresenta informações acerca dos empreendimentos em construção, em 31 de dezembro de 2014:

	Consolidado 2014
Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas	1.040.489
Custo orçado a apropriar de unidades vendidas	(611.616)
(i) Receita de vendas a apropriar de unidades vendidas	
Empreendimentos em construção:	
Receita de vendas contratadas	4.007.128
Receita de vendas apropriadas	(2.966.639)
Receita de vendas a apropriar (a)	1.040.489
(ii) Custos orçados a apropriar de unidades vendidas	
Empreendimentos em construção:	
Custo orçado das unidades	2.426.926
Custo incorrido das unidades	(1.815.310)
Custo orçado a apropriar (b)	611.616

- (a) As receitas de unidades vendidas a apropriar estão mensuradas pelo valor nominal dos contratos, acrescido de atualizações contratuais e deduzidos de distratos, líquida de impostos incidentes e ajuste a valor presente e não contemplam os empreendimentos que estão sob restrição por cláusula suspensiva (período legal de 180 dias que a Companhia pode cancelar uma incorporação) e portanto não apropriada ao resultado.
- (b) Os custos orçados das unidades vendidas a apropriar não contemplam encargos financeiros, os quais são apropriados aos imóveis a comercializar e ao resultado (custo dos imóveis vendidos) proporcionalmente as unidades imobiliarias vendidas a medida que são incorridas, e também provisão para garantia, a qual é apropriada as unidades imobiliarias a medida de evolução de obra.

A Companhia apresenta a seguir quadro demonstrativo do percentual dos ativos relativos aos empreendimentos da Companhia que estão inseridos em estruturas de segregação patrimonial da incorporação em 31 de dezembro de 2014.

	2014
Total dos ativos inseridos em estruturas de	
segregação patrimonial da incorporação (*)	7.199.762
Total ativo consolidado	7.205.852
Percentual	99,92%

(\*) Total do ativo da Companhia exceto da controlada Gafisa Vendas, empresa de vendas dos empreendimentos da Gafisa. Para os empreendimentos nas controladas, o acompanhamento dos saldos de caixa e equivalentes e dívida corporativa são efetuados pelo CNPJ da empresa e não de forma individualizada por empreendimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31. Comunicação com órgãos reguladores

Em 14 de junho de 2012, a Companhia recebeu uma intimação ("subpoena") da "Securities Exchange Commission – "SEC" Division of Enforcement", relacionados a empresas estrangeiras do setor de construção civil / incorporação imobiliária (Home Builders), listadas na SEC, Foreign Private Issuers - FPI. Esta intimação solicita que a Companhia apresente documentos do período de 01 de janeiro de 2010 até 10 de julho de 2012, data de encaminhamento da resposta pela Companhia, relacionados à preparação de nossas demonstrações financeiras, incluindo, entre outros itens, cópias de nossas políticas e procedimentos financeiros, atas de reunião do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e comitês operacionais, relatórios de fechamentos mensais e quaisquer documentos relacionados a possíveis irregularidades financeiras ou contábeis ou impropriedades e relatórios de auditoria interna. A investigação da SEC é um inquérito de apuração de fatos, não público, e não está clara qual ação, se houver, a SEC pretende tomar com relação à informação que recolhe. A intimação da SEC não especifica quaisquer encargos. Até a emissão dessas demonstrações financeiras não havia se manifestado.

### 32. Eventos subsequentes

- (i) 10ª emissão privada de debêntures Em 10 de dezembro de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou emissão para distribuição privada da 10ª emissão, sendo a 2ª emissão privada, de debêntures, não conversíveis em ações, da espécie com garantia flutuante e com garantia adicional real, em série única no montante de R\$55.000, completamente integralizada em 30 de janeiro de 2015 e com vencimento final em 20 de janeiro de 2020. Os recursos levantados na emissão serão utilizados no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários selecionados e sua garantia real é representada pela alienação fiduciária dos terrenos de propriedade da Companhia a serem desenvolvidos em períodos futuros. O Valor Nominal da Emissão será corrigido pela variação acumulada do IPCA e sobre ele incidirá juros remuneratórios de 8,22% a.a.
- (ii) Cancelamento de ações mantidas em tesouraria Em 02 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o cancelamento de 30.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente mantidas em tesouraria, sem redução do capital social, além de dar por encerrado o programa de recompra de ações aprovado em 18 de novembro de 2014, conforme aditado em 3 de dezembro de 2014, por meio do qual foram adquiridas todas as 30.207.130 ações ordinárias de emissão da Companhia cuja recompra foi aprovada no seu âmbito.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 32. Eventos subsequentes--Continuação

(iii) Programa de Recompra de ações Em 02 de fevereiro de 2015, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um programa de recompra de ações ordinárias de sua emissão ("Programa de Recompra"), para manutenção em tesouraria e posterior cancelamento ou alienação, durante os próximos 365 dias, i.e., até 1º de fevereiro de 2016, até o limite de 27.000.000 ações ordinárias, que correspondem a 10% das 378.066.162 ações ordinárias de emissão da Companhia atualmente em circulação no mercado. Tal aprovação se deu em conformidade com o art. 30, §1º, "b", da Lei nº 6.404/76, Instrução CVM nº 10/80 ("ICVM 10"), e Artigo 22 (s) do Estatuto Social.

\*\*